



Memória descritiva PLANO DE AÇÃO EEC PROVERE AHP 2030

Em resposta ao Aviso CENTRO2030-ITI_PROVERE-2024-1

Aldeias Históricas de Portugal – Associação de Desenvolvimento Turístico (AHP-ADT)

outubro 2024



Nota:

A presente Memória Descritiva inclui capa e contracapa, sendo o número de páginas efetivamente a considerar de 40, para efeitos de cumprimento da dimensão da mesma de acordo com o Aviso

Índice

1	DEFINIÇÃO E DELIMITAÇÃO DO TERRITÓRIO DE INCIDÊNCIA.....	3
2	RESUMO DA ANÁLISE E DIAGNÓSTICO DA SITUAÇÃO TERRITORIAL EM FUNÇÃO DO DESAFIO ESPECÍFICO E O FOCO A QUE SE PRETENDE DAR RESPOSTA	4
3	SISTEMATIZAÇÃO DAS AÇÕES A DESENVOLVER.....	7
a.	Articulação e não sobreposição com os contratos para o desenvolvimento e coesão territorial	8
4	PLANO DE FINANCIAMENTO, COM INFORMAÇÃO DISCRIMINADA POR OBJETIVO ESTRATÉGICO E RESPECTIVOS OBJETIVOS ESPECÍFICOS E ENTIDADES BENEFICIÁRIAS.....	11
5	INDICADORES DE REALIZAÇÃO E DE RESULTADO, BEM COMO AS RESPECTIVAS METAS.....	13
6	MODELO DE GOVERNAÇÃO, INCLUINDO O ENVOLVIMENTO DOS ATORES RELEVANTES.....	15
7	LISTA DE OPERAÇÕES A APOIAR.....	16
8	ENVOLVIMENTO DOS ATORES LOCAIS NO DESENHO DAS ESTRATÉGIAS E NA SELEÇÃO DAS OPERAÇÕES, RESULTANTE DO PROCESSO “BOTTOM-UP”	17
9	PRIORIDADES DO “SISTEMA DE INCENTIVOS ÀS EMPRESAS DE BASE TERRITORIAL ”	20
10	ANÁLISE DE MÉRITO.....	22
10.1	A. Adequação à estratégia - 30%	22
10.2	B. Coerência da proposta - 50%	29
10.3	C. Valor acrescentado da proposta - 20%	35
11	OUTROS ELEMENTOS	39

1 DEFINIÇÃO E DELIMITAÇÃO DO TERRITÓRIO DE INCIDÊNCIA

A Rede de Aldeias Históricas de Portugal é constituída por 12 núcleos urbanos (Tabela 1) localizados em freguesias de 10 concelhos do interior do país, correspondentes a territórios de baixa densidade¹ e integrados nas 3 NUTS III abaixo indicadas.

Tabela 1. Integração das AHP na respetiva freguesia, concelho, NUTS III

Designação da AHP	Freguesia	Concelho	NUTS III
AH de Almeida	Almeida	Almeida	Beiras e Serra da Estrela
AH de Belmonte	União das Freguesias de Belmonte e Colmeal da Torre	Belmonte	Beiras e Serra da Estrela
AHP de Castelo Mendo	União das freguesias de Castelo Mendo, Ade, Monteperobolso e Mesquitela	Almeida	Beiras e Serra da Estrela
AH de Castelo Novo	Castelo Novo	Fundão	Beiras e Serra da Estrela
AH de Castelo Rodrigo	Castelo Rodrigo	Figueira de Castelo Rodrigo	Beiras e Serra da Estrela
AH de Idanha-a-Velha	União das Freguesias de Monsanto e Idanha-a-Velha	Idanha-a-Nova	Beira Baixa
AH de Linhares da Beira	Linhares da Beira	Celorico da Beira	Beiras e Serra da Estrela
AH de Marialva	Marialva	Mêda	Beiras e Serra da Estrela
AH de Monsanto	União das Freguesias de Monsanto e Idanha-a-Velha	Idanha-a-Nova	Beira Baixa
AH de Piódão	Piódão	Arganil	Região de Coimbra
AH de Sortelha	Sortelha	Sabugal	Beiras e Serra da Estrela
AH de Trancoso	União das Freguesias de Trancoso (São Pedro e Santa Maria) e Souto Maior	Trancoso	Beiras e Serra da Estrela

Importa ainda referir a área de influência das dinâmicas da Rede coincidente com a geografia da GR22 - Grande Rota das Aldeias Históricas², agora com estatuto transfronteiriço como se verifica no mapa infra e que potencia as relações de cooperação³:

¹ Deliberação n.º 31/2023/PL (as AHP integram o multicritério da definição: densidade populacional, a demografia, o povoamento, as características físicas do território, as características socioeconómicas e acessibilidades)

² Aos 10 concelhos das AHP acrescentam-se os concelhos de Manteigas, Gouveia, Pinhel, Penamacor, Castelo Branco, Covilhã, Pampilhosa da Serra, Fornos de Algodres, Seia e Guarda.

³ Memorando de Entendimento para Articulação de uma Rede Luso-Espanhola de Entidades de Promoção de Cooperação Territorial Transfronteiriça (2022)

Fortemente influenciados pela representatividade da população idosa, os indicadores relativos ao rendimento confirmam o cenário de maiores carências financeiras dos agregados no território da AHP: elevada proporção de população que aufera de transferências sociais (maior expressão das pensões de velhice) e rendimentos inferiores aos da NUTS II Centro (rendimento bruto declarado por habitante e rendimento bruto declarado por agregado fiscal). Este cenário tem impacto no poder de compra, sendo este indicador inferior ao das restantes escalas territoriais. Estas carências têm reflexo nas condições/qualidade de vida da população residente, uma vez que comprometem as condições de habitabilidade.

URBANISMO | Uma análise ao parque habitacional⁵ permite contabilizar, nas AHP, um total de 2077 edifícios clássicos⁶ em 2021, principalmente com 1 ou 2 pisos. Destes, cerca de 42% apresentavam necessidades de reparação, o que em grande medida decorre da sua antiguidade e escassa capacidade de intervenção estrutural dos proprietários. Esta realidade confirma a urgência de uma intervenção no edificado (a nível construtivo e de eficiência energética) e o reforço das políticas e apoios para suprimir as carências da população idosa e/ou com baixos rendimentos, adequando o edificado às especificidades dos seus ocupantes e garantindo condições de salubridade e conforto fundamentais.

Relativamente ao uso, predominavam os edifícios exclusivamente residenciais, registando-se 2170 alojamentos familiares nas AHP, ocupados fundamentalmente por agregados domésticos privados com 1 ou 2 pessoas. Numa análise global ao território da AHP, em 2021, apenas 29% dos alojamentos das AHP eram de residência habitual, e 71% residência secundária e alojamentos vagos, uma situação mais evidente nas AHP de Sortelha (97,87%), Piódão (87,69%) e Monsanto (84,64%). Neste contexto, a indisponibilidade de imóveis exacerba o quadro de especulação imobiliária quer no arrendamento (quase inexistente) como na venda de imóveis nas AHP, levando ao aumento de dificuldades de contexto para quebrar o ciclo vicioso de perda populacional, uma vez que sem disponibilidade de habitação acessível é impossível reter/atrair residentes, em especial jovens/famílias jovens com impacto direto no estado de conservação do edificado. A delimitação de ARU e aprovação de ORU sistemáticas nas AHP objetivou ser uma ferramenta para quebrar este ciclo uma vez que a aprovação de uma ORU sistemática “constitui causa de utilidade pública para efeitos da expropriação ou da venda forçada dos imóveis existentes na área abrangida, bem como da constituição sobre os mesmos das servidões, necessárias à execução da ORU” RJRU.

ECONOMIA | Com um tecido económico que se mantém pouco diversificado, em grande medida devido ao desafio demográfico, o território apresenta condições favoráveis para a atração de investimento, dada a sua localização transfronteiriça, boas acessibilidades gerais e um recurso endógeno único (com um conjunto de ativos diferenciadores). O território das AHP apresenta condições para a atração de investimento em diversas áreas, sendo a mais tradicional e consolidada o turismo, mas com potencial emergente de outros setores como o agroalimentar, agropecuária e florestal, indústrias culturais e criativas, construção/reconstrução sustentável ou energia. Quer como território de acolhimento/localização empresarial e/ou como palco de teste de novas ideias empreendedoras, tem vindo a ser feito um trabalho sólido que (i) tem permitido atrair conhecimento fundamental à revitalização das AHP e resposta às suas necessidades e que (ii) está na base de novos negócios e produtos que possibilitam às empresas locais um posicionamento distintivo e afirmação em mercados mais alargados. O papel da AHP-ADT tem sido fundamental, através do reforço da cooperação com estruturas locais e regionais de apoio ao desenvolvimento empresarial, instituições do Sistema Tecnológico e Científico e outras entidades e de ponto de intermediação no processo colaborativo.

⁵ idem

⁶ Nos Censos 2021, foram recenseados os edifícios que integravam pelo menos um alojamento, não tendo sido recenseados os edifícios totalmente utilizados para fins diferentes de habitação. Ao nível dos alojamentos, foram recenseados todos os destinados a fins habitacionais.

Na dimensão económica é apresentada uma análise ao contexto dos concelhos da Rede AHP, dada a influência direta das dinâmicas económicas locais e as respetivas relações de interdependência estabelecidas entre as AHP e outros aglomerados. De acordo com os dados do INE (2021), existiam 11901 empresas sediadas nos concelhos da AHP, com maior representação no setor da agricultura e da produção animal (setor A: 28,9 %), o comércio (setor G: 16,5%), seguidos do turismo (setor I e R: 10,5%) e da construção (setor F: 9,4%). Apesar da representatividade destes setores no tecido empresarial dos concelhos, e nas AHP em particular, a base económica local tem vindo a registar cada vez maior diversificação, o que é indicador da maior dinâmica económica associada à identificação de oportunidades fora das áreas mais tradicionais e o impacto do PROVERE na economia local. Determinante para a subsistência dos agregados familiares rurais das AHP, é indubitável a importância do setor agrícola.

Num contexto de fragilidades sociodemográficas, uma nota positiva para a redução da taxa de desemprego (em algumas freguesias das AHP, a taxa de desemprego é inferior à Região Centro). Entre 2014 e 2021 verificou-se ainda a manutenção do valor referente ao pessoal ao serviço por empresa, na ordem dos 2 trabalhadores/empresa, e uma melhoria no volume de negócios/empresa e volume de negócios/trabalhador. Contudo, em média, o pessoal ao serviço nas empresas dos concelhos AHP é baixo. Estas empresas empregavam 24326 trabalhadores (em 2021), dos quais 20,7% afetos ao setor do comércio por grosso e a retalho, 18,3% à agricultura e 17,3% ao setor das indústrias transformadoras, situação semelhante aos períodos anteriores.

O turismo (setor I e R) abrangia 7,7% do pessoal ao serviço, uma diminuição de cerca de 4% relativamente a 2014, apesar do aumento do número de empresas (+12%), o que indicia fragilidades em termos de oferta de mão de obra. A estada média dos alojamentos dos concelhos da AHP (1,7) revela também uma melhoria nos últimos anos (aumento de 1,5 dias para 1,7 dias entre 2019 e 2022), incluindo quando se analisa a origem dos hóspedes (nacionais/estrangeiros), sendo valores muito próximos dos valores regionais.

No contexto das AHP, o setor do turismo apresenta algumas particularidades, desde já, pelo facto da estada média e preços por noite serem superiores aos registados nas sedes de concelho e centros urbanos de média dimensão. Esta realidade decorre do facto da Rede já se assumir como um destino turístico de primeira motivação e da notoriedade e visibilidade que a Marca já possui dentro e fora do país

Ainda na dimensão económica, e porque é indissociável da capacidade do território para atrair empresas e população, a conectividade assume um papel chave, tendo sido uma aposta da AHP-ADT a infraestruturação das aldeias com fibra ótica e a disponibilização de cobertura WiFi, sendo o acesso gratuito no espaço público das AHP.

AMBIENTE | O território das AHP enfrenta atualmente um conjunto de desafios climáticos prevendo-se que seja afetado, num futuro próximo, por (i) um constante aumento de temperatura, com a ocorrência mais frequente de ondas de calor, com o aumento da seca e de fogos florestais; (ii) uma diminuição da ocorrência de vagas de frio em consequência do aumento da temperatura média; (iii) uma diminuição da precipitação e um aumento da precipitação intensa, num curto espaço de tempo. Além da exposição das populações às alterações climáticas e o efeito que estas poderão ter sobre a saúde pública, sublinha-se que o território da Rede AHP inclui áreas nucleares de conservação da natureza e da biodiversidade integradas no Sistema Nacional de Áreas Classificadas que importa preservar.

Face ao exposto, a AHP-ADT e os respetivos municípios assumiram o compromisso de reduzir as emissões de gases com efeito de estufa, assim como encontrar formas de compensar as emissões restantes e inevitáveis, tornando a sociedade mais resiliente através do investimento em medidas de mitigação e adaptação, tendo selado o compromisso através da assinatura do Pacto dos Autarcas.

Uma análise ao consumo de energia elétrica nas AHP, permite verificar (i) a representatividade do setor doméstico no total do consumo (o que de alguma forma decorre da monofuncionalidade das aldeias que se pretende possa ser delimitada) e (ii) valores de consumo reduzidos em comparação com as escalas superiores, facto que está diretamente associado ao contexto de baixos rendimentos da população, na sua maioria idosa, e que tem dificuldades para fazer face às necessidades energéticas para manter a sua casa com níveis de conforto energético adequados. Verifica-se, pois, um quadro de pobreza energética que justifica a pertinência da ação da AHP-ADT para o desenvolvimento, teste e implementação de projetos que permitam diminuir os custos da energia e assim possibilitar o seu uso adequado por parte dos residentes das Aldeias (projetos como as Comunidades de Autoconsumo Coletivo e novos modelos/materiais para a reabilitação e eficiência energética e hídrica do edificado, são exemplos dos trabalhos em curso), fomentando também maior competitividade no panorama empresarial.

Ainda no domínio ambiental, releva-se que a mobilidade na rede está fundamentalmente ancorada na rodovia e no transporte individual, um domínio que está já a ser trabalhado, mas que, no atual quadro legal das autoridades de transporte deve ser uma prioridade, uma vez que, a par da habitação, a mobilidade é um fator primordial para quebrar o ciclo vicioso de perda demográfica. Em termos de transportes públicos há uma notória carência de ligações frequentes e eficientes no território, sendo este modo de transporte utilizado apenas em 4,42% das deslocações por parte da população residente nas freguesias das AHP. As dinâmicas económicas e a afirmação das aldeias como espaços viáveis para residir são fortemente prejudicadas pela ausência de uma rede de transporte multimodal eficaz que estabeleça fluxos interaldeias e entre estas e os centros urbanos de maior dimensão (sedes de concelho e os centros urbanos regionais de Guarda, Covilhã e Castelo Branco) onde se concentram os empregos. Apesar destes constrangimentos, têm sido envidados esforços para os colmatar, verificando-se uma aposta na intermodalidade e mobilidade sustentável, com destaque para o projeto piloto na AH de Castelo Novo. Ressalva-se novamente a importância da ligação a Espanha e da escala ibérica quer na conectividade infraestrutural como ecossistémica.

Tendo em conta a importância global da agenda climática e o panorama existente, a AHP-ADT em parceria com os Municípios tem trabalhado na criação de um contexto de atuação facilitador da ação, estando atualmente em vigor os Planos de Ação para a Energia Sustentável e Clima (PAESC) das AHP com medidas concretas para a melhoria do desempenho energético e climático da rede. De notar que este é o primeiro território em rede a ser reconhecido pela Comissão Europeia (*Joint Research Centre*).

3 SISTEMATIZAÇÃO DAS AÇÕES A DESENVOLVER

O diagnóstico, conexo com a validação de necessidades e desafios e com a construção do Referencial “Aldeias Históricas de Portugal”, a par com a sistematização de quadros estratégicos supralocais a ter em consideração, resultou na identificação das seguintes **apostas estratégicas (AE)** que se afirmam como eixos estruturais de atuação da AHP-ADT, nomeadamente no âmbito do PROVERE: **AE1**. Gestão, avaliação e mobilização da parceria; **AE2**. Animação, comunicação e marketing territorial; **AE3**. Qualificação para a classificação das AHP; **AE4**. Inovação territorial e ativação económica e **AE5**. Plataforma AHP - território alargado

As apostas estratégicas definidas na EEC AHP 2030 norteiam os investimentos a concretizar, sendo de relevar o seguinte, para uma adequada compreensão das propostas preconizadas:

- As AE1 e AE2 correspondem a domínios transversais e estruturais para a eficiência e adequada implementação da EEC PROVERE, de acordo com os requisitos definidos no Programa Regional financiador (ver tabela seguinte). No caso da AE1, corresponde à coordenação e gestão do PROVERE, mobilização e capacitação dos agentes

envolvidos e à avaliação e monitorização; no caso da AE2, corresponde às adequadas comunicação, animação e promoção do território/Recurso endógeno nos mercados nacional e internacional.

- As AE3, AE4 e AE5 correspondem a prioridades de ação/investimento tendo em vista o cumprimento do referencial AHP. No caso da AE3, no âmbito da descarbonização, da classificação e da inclusão, associados à sustentabilidade dos aglomerados; da AE4 no âmbito da valorização e ativação de recursos para a inovação e competitividade e, da AE5, no âmbito da valorização e ampliação do impacto da Rede AHP num território alargado, regional e transfronteiriço.

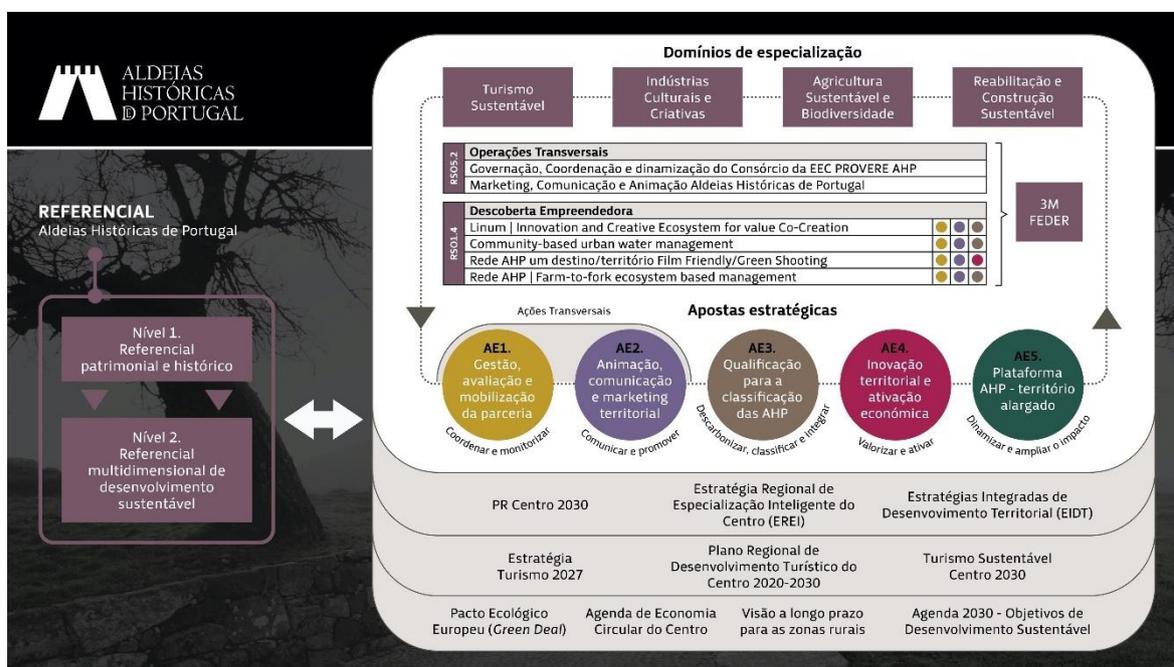


Figura 3. Esquema conceitual da abordagem estratégica EEC AHP 2030

a. Articulação e não sobreposição com os contratos para o desenvolvimento e coesão territorial

A figura 1 apresenta racional integrado com as diferentes agendas e estratégias de âmbito internacional, nacional, regional e supramunicipal, com destaque para os contratos para o desenvolvimento e coesão territorial das ITI CIM. A 1ª fase respeitante à qualificação da EEC PROVERE AHP 2030 evidenciou a articulação entre as EEC das CIM BSE, Beira Baixa e Região de Coimbra, designadamente no campo das alterações climáticas, conectividade e mobilidade. Importa enfatizar que, pese embora o exercício de articulação, a Rede Aldeias Históricas de Portugal tem abordagem específica por se tratar de Património Classificado, cuja ação tem tratamento distinto e que obriga à vinculação da legislação que regula o Património Cultural, contribuindo, também, para o garante da sustentabilidade do recurso da EEC AHP. Por outro lado, há o referencial AHP que determina o que é uma Aldeia Histórica, facto de não somenos importância para o enraizamento do conceito que orienta o quadro estratégico da Rede. As CIM têm uma atuação municipal e supramunicipal que concorrem para o debelar de fragilidades diversas que criam constrangimentos às dinâmicas da AHP-ADT, como é exemplo a mobilidade, onde estas têm uma capacidade e competências de outro nível que só favorecem a Rede. Nas dinâmicas empresarias as CIM aportam de igual modo valor por se constituírem como organismo intermédio na gestão de fundos FEDER, permitindo assim a modernização de mais empresas ligadas ao setor turístico, ou à criação de outras, beneficiando o território e a Rede AHP pela expansão do leque de oferta (dado os constrangimentos de

aquisição/arrendamento existentes nas AHP). À AHP-ADT, enquanto gestora da Rede, compete aproveitar as oportunidades daqui provindas e alinhar este quadro de oferta com o posicionamento da Rede quando identificada essa mais-valia. No panorama da promoção as CIM operam no contexto municipal sendo da competência da AHP-ADT a promoção da Rede AHP, não se verificando por isso qualquer sobreposição. Acresce informar que às CIM está adstrita a competência promocional ao nível nacional, sendo que neste caso e pelo facto de sermos uma rede supra-CIM, as ações promocionais de âmbito nacional e em Espanha são efetuadas via Entidade Regional de Turismo; fora desta geografia são realizadas em colaboração com a ARPT-Centro de Portugal que, na qualidade de associados, já estabelecemos a devida articulação para a participação no calendário de feiras 2025. É de igual modo importante referir que é do interesse da AHP-ADT atuar com outras iniciativas económicas (CAE) que não apenas aqueles ligados à indústria do turismo, na tentativa de reforçar a base empresarial com o seu racional da EEC AHP 2030 onde, por via do diagnóstico se conseguiu aferir o potencial de atuação (domínios de especialização inteligente identificados na EEC AHP 2030 – Figura 1)

Rememora-se que o PROVERE é dirigido especificamente aos territórios de baixa densidade e visa fomentar a sua competitividade através da dinamização de atividades inovadoras (com intrínseca ligação à RIS3) e da diversificação económica e cultural de forma a induzir efeitos multiplicadores e contribuir para a criação de emprego, incrementando o valor acrescentado e contribuindo para a fixação de residentes. A prioridade 5, em que se enquadra, perspetiva que o contexto demográfico e a dupla transição (verde e digital) constituam condicionantes e oportunidades para a Região, reforçando a importância do sistema urbano e complementaridade territorial entre os espaços urbanos e rurais, bem como a relevância da otimização dos ativos endógenos para fomentar novas oportunidades de negócios e emprego e o desenvolvimento socioeconómico e ambiental local integrado. Neste contexto, o PROVERE visa dar resposta aos objetivos e necessidades identificados no Programa Centro 2030, através de uma EEC que mobiliza parceiros públicos e privados na valorização da rede de Aldeias Históricas de Portugal enquanto recurso endógeno/ativo qualificador e diferenciador para a valorização da base económica local e para uma oferta de produtos e serviços distintivos, sustentáveis e inovadores.

Em suma, este instrumento articula-se e complementa outras abordagens territoriais, nomeadamente os ITI CIM (Contratos para Desenvolvimento e Coesão Territorial), incluído no Oe 5.1, no qual se mobilizam tipologias de investimentos complementares ao PROVERE e que contribuem para a valorização do recurso endógeno, destacando-se as seguintes tipologias de investimento integradas no Eixo 3 do ITI (de acordo com o Programa Regional 2030):

- Sistema de incentivos às empresas de base territorial – OP1
- Sistema de apoio ao empreendedorismo, incluindo o empreendedorismo jovem, e à criação de emprego - OP4 FSE
- Refuncionalização de equipamentos coletivos para a valorização dos ativos territoriais
- Valorização cultural e do património (histórico e natural) e da qualificação da oferta para o reforço do papel da cultura e afirmação da identidade
- Conservação da natureza e da biodiversidade e património natural de âmbito municipal - OP2
- Estruturação de produtos turísticos com vista à criação de destinos turísticos de dimensão sub-regional e local numa lógica de sustentabilidade, combatendo a sazonalidade, fomentando a criação de novos modelos de negócio, que respondam às tendências do mercado

De acordo com o exposto, e face às dotações disponíveis para o instrumento PROVERE, o foco da valorização das mesmas está essencialmente ligado a dotações do Oe5.2, complementar, como referido, ao Oe 5.1. Contudo, uma vez que no presente Plano de Ação se incluem diversos investimentos privados que contribuem para a valorização do recurso,

a dotação relativa ao Oe1.3 diretamente associada ao PROVERE será complementar à integrada nos ITI CIM para os SI de base territorial, permitindo, expectavelmente, o apoio a projetos em CAE estratégicos para a rede AHP, sendo a mesma complementaridade patente na mobilização do Oe1.4, Desenvolver competências para a especialização inteligente, a transição industrial e o empreendedorismo que permitirá apoiar iniciativas de carácter estruturante e inovadoras para a valorização do recurso.

4 PLANO DE FINANCIAMENTO, COM INFORMAÇÃO DISCRIMINADA POR OBJETIVO ESTRATÉGICO E RESPECTIVOS OBJETIVOS ESPECÍFICOS E ENTIDADES BENEFICIÁRIAS

	Investimento elegível (€)				FEDER (85%)	Entidade beneficiária
	2024	2025	2026	Total		
<p>1.3 - Sistema de Incentivos às empresas de base territorial (Centro 2030: <u>Prioridade:</u> 1A Inovação e Competitividade; <u>Objetivo específico:</u> O1.3. Reforçar o crescimento sustentável e a competitividade das PME, bem como a criação de emprego nas PME, inclusive através de investimento produtivos (FEDER) EEC AHP 2030: <u>Objetivo Estratégico:</u> diversificar e reforçar o tecido económico das AHP assim como potenciar as ligações de complementaridade entre as atividades económicas instaladas no território, procurando promover a articulação entre setores tradicionais e emergentes, através da inovação e desenvolvimento tecnológico, promovendo a manutenção de postos de trabalho e a criação de outros)</p>	n.a.	n.a.	n.a.	12.588.978,88€	n.a.	n.a.
<p>1.4 - Dinamização de processos de descoberta empreendedora (Centro 2030: <u>Prioridade:</u> 1A Inovação e Competitividade; <u>Objetivo específico:</u> O1.4. Desenvolver competências para a especialização inteligente, a transição industrial e o empreendedorismo (FEDER); EEC AHP 2030: <u>Objetivo Estratégico:</u> Alavancar o dinamismo económico e a competitividade territorial através da aposta na investigação e na inovação, fomentando a transferência de conhecimento por via da cooperação entre as entidades SCTN, o tecido empresarial e outras instituições que atuam no estudo e experimentação de soluções que concorrem para uma intervenção qualificada nos diferentes domínios de especialização inteligente.</p>	0.00€	588.235,45 €	588.235,13€	1 176 470,58	999 999,99	AHP-ADT
<p>5.2 - Estratégia de comunicação e marketing territorial (Centro 2030: <u>Prioridade:</u> 5A Centro +Próximo; <u>Objetivo específico:</u> 5.2. Promover o desenvolvimento social, económico e ambiental integrado e inclusivo a nível local, a cultura, o património natural, o turismo sustentável e a segurança nas zonas não urbanas; EEC AHP 2030: <u>Objetivo Estratégico:</u> Reforçar o posicionamento da rede AHP a nível interno e externo (mercado nacional e internacional) através de uma estratégia de animação, marketing e de comunicação integrada, com foco na promoção do território AHP (i) como um destino turístico de excelência e sustentável e (ii) capaz de absorver e testar</p>	30.000,00€	377,817,76€	377.817,24€	785.635,00€	667.789,75€	AHP-ADT

PLANO DE AÇÃO para operacionalização das EEC PROVERE AHP 2030
Memória descritiva

novas abordagens de valorização e diversificação da base económica local ligada aos domínios de especialização, e ainda, com foco no trabalho da Rede para a proteção e valorização dos seus recursos.)						
5.2- Estratégia de Animação (Considerar o conteúdo disposto na linha anterior)	0,00	60.000,00€	40.000,00€	100.000,00€	85.000,00€	AHP-ADT (100.000,00€)
	0,00	240.000,00€	240.000,00€	480.000,00€	408.000,00€	Municípios (10) – 480.000,00€)
5.2 - Governação, coordenação e dinamização do consórcio (Centro 2030: Prioridade: 5A Centro +Próximo; Objetivo específico: 5.2. Promover o desenvolvimento social, económico e ambiental integrado e inclusivo a nível local, a cultura, o património natural, o turismo sustentável e a segurança nas zonas não urbanas; EEC AHP 2030: Objetivo Estratégico: Coordenar e acompanhar o desenvolvimento da EEC AHP 2030 em articulação com os agentes do território, assegurando a materialização de um modelo de avaliação e monitorização adequado à rede AHP e o envolvimento e corresponsabilização dos agentes, através do reforço do trabalho em rede, mobilizando-os para a valorização do recurso endógeno.	317.624,14	332.192,60	337.488,92	987.305,66	839.209,81€	AHP-ADT
Total	347.624,14 €	1.598.245,81€	1.583.541,29€	3.529.411,24€	2.999.999,55€	

5 INDICADORES DE REALIZAÇÃO E DE RESULTADO, BEM COMO AS RESPETIVAS METAS

Código Oe	Tipo de Indicador	Código Indicador	Designação do indicador	Unidade do indicador	Meta	Justificação
RSO1.3	Realização	RCO01	Empresas apoiadas (das quais: micro, pequenas, médias, grandes)	empresas	5	São consideradas as empresas que beneficiam de apoio do sistema de incentivos - Oe 1.3 -, exclusivamente mobilizado para o PROVERE (Oe1.3), tendo em conta o valor alocado (informação constante do Aviso). Periodicidade de aferição e modelo de recolha: a verificação da evolução do indicador, tendo em vista o seu apuramento no horizonte temporal definido, deverá ser feito <u>semestralmente</u> , sendo a recolha de dados totalmente dependente da disponibilização de dados reais por parte da AG Centro 2030 (*)
RSO1.3	Realização	RCO02	Empresas apoiadas através de subvenções	empresas	5	No caso específico do PROVERE e do tecido económico presente no território, para o RCO02 deve ser considerada a justificação e demais informação exposta no RCO01. (*)
RSO1.3	Resultado	RCR01	Postos de trabalho criados em entidades apoiadas	ETI anuais	5	São considerados os postos de trabalhos criados nas empresas que beneficiam de apoio (apoiadas no âmbito do sistema de incentivos mobilizado para o PROVERE (Oe1.3). Iremos também considerar a manutenção dos postos de trabalho prévios à candidatura. Periodicidade de aferição e modelo de recolha: a verificação da evolução do indicador, tendo em vista o seu apuramento no horizonte temporal definido, deverá ser feito <u>semestralmente</u> , sendo a recolha de dados totalmente dependente da disponibilização de dados reais por parte das entidades gestoras do financiamento (AG Centro 2030 e CIM).
RSO1.4	Realização	RCO16	Participação de intervenientes institucionais no processo de descoberta empreendedora	Número	70	Estima-se em média 2 pessoas por instituição, porquanto, e dada a experiência, observa-se também a participação de 3 a 4 intervenientes. Esta questão prende-se também com o facto de se tratarem de projetos integrados com elevada multidisciplinaridade Periodicidade de aferição e modelo de recolha: a verificação da evolução do indicador, tendo em vista o seu apuramento no horizonte temporal definido, deverá ser feito <u>semestralmente</u> , sendo a recolha de dados responsabilidade da AHP-ADT através do modelo de monitorização definido e aprovado pela parceria.
RSO1.4	Resultado	RSR03	Instituições envolvidas no processo de descoberta empreendedora	Número	25	Instituições que integram e que venham a integrar os diferentes grupos estratégicos temáticos de apoio à corporização dos domínios de especialização inteligente da EEC AHP 2030. Periodicidade de aferição e modelo de recolha: a verificação da evolução do indicador, tendo em vista o seu apuramento no horizonte temporal definido,

						deverá ser feito <u>semestralmente</u> , sendo a recolha de dados responsabilidade da AHP-ADT através do modelo de monitorização definido e aprovado pela parceria.
RSO5.2	Realização	RCO74	População abrangida por projetos no âmbito de estratégias de desenvolvimento territorial integrado	Pessoas	1300	São considerados dados do INE disponibilizados por concelho (Estimativas Populacionais anuais) ou, em alternativa, dados demográficos disponibilizados pelas respetivas Juntas de Freguesia para aferir o quantitativo populacional das AHP. Os dados INE disponibilizados por subsecções (contemplando o território das AHP da forma mais aproximada possível) tem uma periodicidade decenal. Periodicidade de aferição e modelo de recolha: a verificação da evolução do indicador, tendo em vista o seu apuramento no horizonte temporal definido, deverá ser feito <u>anualmente</u> , sendo a recolha de dados responsabilidade da AHP-ADT tendo por base os modelos expostos, i.e., INE e/ou, sempre que possível, dados apurados junto das autarquias (Juntas de Freguesia do território da Rede)
RSO5.2	Resultado	RSR10	Projetos transversais de âmbito intermunicipal	Número	6	São considerados 2 projetos incluídos no OE 5.2 e 4 no OE 1.4 Periodicidade de aferição e modelo de recolha: a verificação da evolução do indicador, tendo em vista o seu apuramento no horizonte temporal definido, deverá ser feito <u>anualmente</u> , sendo a recolha de dados responsabilidade da AHP-ADT na qualidade de entidade executora dos referidos projetos.
RSO5.2	Resultado	RSR11	Instituições envolvidas nos projetos de promoção da capacitação institucional e do desenvolvimento regional apoiados	Número	16	São consideradas instituições envolvidas as seguintes: 4 PROVERE; 3 CIM; 7 GAL; 3 Instituições do Setor do Turismo (TdP; ERTC; ARPTC); Sistema Científico e Tecnológico presentes no Consórcio Periodicidade de aferição e modelo de recolha: a verificação da evolução do indicador, tendo em vista o seu apuramento no horizonte temporal definido, deverá ser feito <u>anualmente</u> , sendo a recolha de dados responsabilidade da AHP-ADT na qualidade de entidade executora dos referidos projetos.

(*) No tocante aos 3 primeiros indicadores dispostos na tabela supra, importa esclarecer que estamos a considerar apenas a dotação prevista para oe1.3 mobilizado para o PROVERE (5M €) que, face ao número de estratégias reconhecidas na Fase 1 e ao valor médio de apoio que se assume como referencial (base valores do Centro 2030: disponibilidade de Fundo face à meta de 2.590 empresas) acolherá um número muito limitado de candidaturas. Face a esta evidência e ao número expressivo de projetos privados identificados no contexto do presente Plano de Ação da EEC AHP 2030, a AHP-ADT, na qualidade de entidade líder e responsável pela equipa técnica exclusivamente dedicada à dinamização do PROVERE, apoiará os promotores no sentido de poderem valorizar oportunidades disponíveis em sistemas de incentivos de base territorial (Oe1.3) das CIM e outras

6 MODELO DE GOVERNAÇÃO, INCLUINDO O ENVOLVIMENTO DOS ATORES RELEVANTES

A concretização da EEC AHP 2030 prevê um **modelo de governação** que inclui diversas entidades com diferentes domínios e níveis de atuação e, por conseguinte, com responsabilidades também distintas.

Assumindo a liderança do referencial estratégico e operacional para o horizonte 2030, a Aldeias Históricas de Portugal - Associação de Desenvolvimento Turístico (AHP-ADT) será responsável pela mobilização das entidades públicas e privadas que integram a parceria / consórcio PROVERE, dando continuidade ao trabalho em rede levado a cabo ao longo dos anteriores períodos de programação financeira em que assumiu o papel de liderança na construção e concretização da Estratégia de Eficiência Coletiva (EEC) das Aldeias Históricas de Portugal e reforçando um modelo colaborativo e participado de implementação da estratégia e plano de ação.

No modelo de governação apresentado (Figura 4) é proposta uma nova configuração face ao modelo que vigorou no período 2014-2020 da EEC AHP, capitalizando a experiência já adquirida e, assim, optando por uma estrutura mais operacional e flexível, mantendo a coordenação e liderança da AHP-ADT e fortalecendo a relação desta entidade com o Consórcio.

A constituição do Consórcio AHP 2030 decorre da transposição do modelo de governação que estrutura a parceria em grupos de trabalho estratégico-temáticos com os quais se pretende desenvolver um trabalho em rede de forte cooperação.

Com base no enquadramento apresentado, o modelo de governação preconizado inclui três níveis/funções de atuação, nomeadamente, (i) coordenação, (ii) execução e monitorização e (iii) acompanhamento.

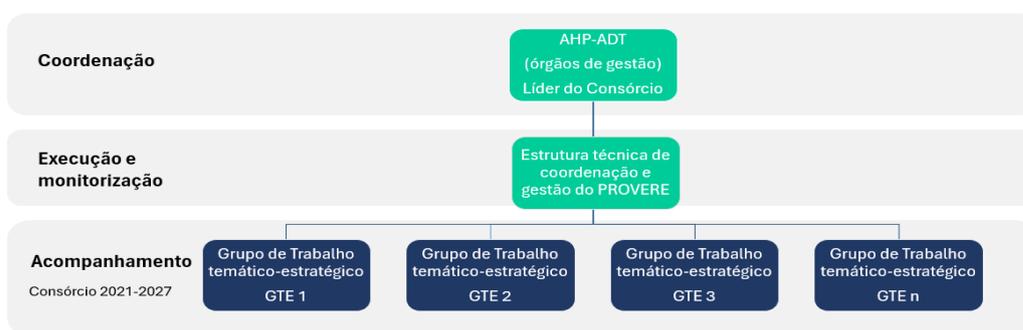


Figura 4. Modelo de governação EEC AHP 2030

Reconhecida por todos os parceiros do consórcio como motor das dinâmicas de qualificação e animação da Rede, à AHP-ADT estão indexadas múltiplas responsabilidades. A **coordenação** é assumida pelos órgãos de gestão da **AHP-ADT**⁷, na qualidade de líder do Consórcio e entidade âncora na programação e implementação da estratégia e planos de ação preconizados nos últimos anos. À AHP-ADT, por via da Estrutura Técnica de Coordenação e Gestão, a **execução e monitorização** de resultados.

Para a monitorização contribuirão os membros do consórcio/parceria (agentes públicos e privados) com a responsabilidade de **acompanhamento** e, conseqüentemente, pela regular avaliação e debate de pontos de situação, através de um modelo de organização flexível que integra grupos de trabalho temáticos. Este modelo substitui o modelo anteriormente vigente e que integrava um Conselho Consultivo, cujas entidades passam agora a ser parceiras diretas, por via do Consórcio, e sendo mobilizadas em processos de trabalho colaborativo regulares. Posto isto, a

⁷ <https://aldeiahistoricasdeportugal.com/estatutos-ahp-adt/>

parceria/consórcio constituído não só por agentes locais, mas também por entidades supralocais apresenta atuação em domínios chave para o desenvolvimento integrado da Rede AHP e, por este motivo, importa mobilizar de forma mais regular e próxima, através da realização de reuniões regulares dos grupos de trabalho temático-estratégicos (GTE) nas temáticas chave para a operacionalização da EEC AHP 2030 (ex.: Proteção do património cultural e reabilitação urbana, Eficiência energética e descarbonização, Ativação económica e digitalização, Mobilidade sustentável, Sustentabilidade Ambiental). Sempre que considerado pertinente e tendo em vista os resultados que se pretenda alcançar em cada reunião de GTE, estes momentos de trabalho poderão ter carácter público, com o convite à participação da comunidade das aldeias. Pugnando pela articulação e comunicação constante entre os parceiros e os diferentes níveis de governação propostos, pretende-se continuar a promover a transparência e reforçar a mobilização e a ação concertada entre entidades públicas e privadas em prol do desenvolvimento territorial e socioeconómico da Rede AHP.

No âmbito dos mecanismos de acompanhamento e avaliação estão previstos: (i) Realização de reuniões periódicas - Reuniões de coordenação e monitorização de execução (no mínimo, semestrais) e Reuniões de acompanhamento | Grupos de Trabalho (semestrais) e (ii) Desenvolvimento de relatórios de execução de carácter semestral.

O modelo de governação preconizado e os mecanismos de acompanhamento e avaliação preveem a partilha de conhecimento, experiência e boas práticas entre os órgãos. Importa relevar que cada entidade presente no Consórcio tem importância para a materialização da EEC. Foram definidos objetivos estratégicos para cada domínio de especialização inteligente da EEC AHP 2030, que se espera por via deste processo colaborativo atingir os objetivos e as metas preconizadas. Os municípios e as juntas de freguesia das Aldeias Históricas assumem papel transversal no contexto da sua participação pelas competências adstritas e pelo princípio da abordagem *bottom-up*, também ela transversal à EEC. A figura infra apresenta um retrato da distribuição de algumas entidades pelos GTE, não obstante de se integrarem outras de acordo com o desenvolvimento dos projetos e das oportunidades emergentes.



7 LISTA DE OPERAÇÕES A APOIAR⁸

No presente ponto sistematizam-se as operações a apoiar incluídas no Oe5.2 e no Oe1.4, sendo para tal utilizado o modelo de ficha disponibilizado pela Autoridade de Gestão Centro 2030, cujas iniciativas se detalham no **anexo I da memória descritiva, conforme orientação emanada pela Autoridade de Gestão Centro 2030** na reunião *online* realizada no passado dia 04/10/2024. A entidade promotora é a AHP-ADT, sendo que no projeto dedicado à animação os municípios são também entidades beneficiárias/executoras.

⁸ Com exceção das operações a apoiar no âmbito do oe 1.3 (tipologia "sistema de incentivos às empresas de base territorial");

Tabela 2. Lista de operações a apoiar - síntese

Oe	Operação	Investimento	Fundo	Entidade beneficiária
5.2 - Governação, coordenação e dinamização do consórcio	Governação, Coordenação e dinamização do Consórcio da EEC PROVERE Aldeias Históricas de Portugal	987.305,66€	839.209,81 €	AHP-ADT
5.2 - Estratégias de comunicação, animação e marketing territorial	Marketing, Comunicação Aldeias Históricas de Portugal	785.635,00€	667.789,75€	AHP-ADT
	Animação Rede Aldeias Históricas de Portugal	580.000,00€	493.000,00€	AHP-ADT/10 Municípios
1.4 - Dinamização de processos de descoberta empreendedora	Rede AHP <i>Community-based urban water management</i> (Valorização de água de origens alternativas para melhoria da gestão hídrica das aldeias)	294.117,65€	250.000,00€	AHP-ADT
	Rede AHP Destino/território Film Friendly/Green Shooting	294.117,65€	250.000,00€	AHP-ADT
	Rede AHP Farm-to-fork ecosystem based management	294.117,64€	249.999,99€	AHP-ADT
	Rede AHP Linum project - Innovation and Creative Ecosystem for value Co-Creation	294.117,64€	250.000,00€	AHP-ADT
TOTAL		3.529.411,24€	2.999.999,55€	

8 ENVOLVIMENTO DOS ATORES LOCAIS NO DESENHO DAS ESTRATÉGIAS E NA SELEÇÃO DAS OPERAÇÕES, RESULTANTE DO PROCESSO “BOTTOM-UP”

A parceria AHP 2030 é constituída por entidades públicas e privadas de base local, regional, nacional e internacional que se alinham com a EEC AHP 2030 e contribuem para a sua operacionalização. O Consórcio EEC AHP 2030 apresenta **representatividade temática e setorial** sustentada nos **domínios de especialização inteligente da EEC AHP 2030**, nomeadamente na relação de cada consorciado com aqueles, seja pela atividade que desenvolvem, seja pelo contributo que potencialmente poderão fornecer. A abordagem considera ainda a sua ligação ao ecossistema local/regional através da identificação da **natureza dos parceiros**, nomeadamente parceiros públicos e privados, decorrente da aplicação do modelo “quintuple hélix” ligado às 5 dimensões fundamentais para impulsionar a inovação e o desenvolvimento sustentável - as empresas (economia), a administração pública (decisores públicos), a academia (conhecimento e investigação), a sociedade civil (os cidadãos, a cultura, a arte e identidade) e o território (caraterísticas de contexto físico que suportam o modelo de desenvolvimento). **Este resultado revela um amplo envolvimento dos atores locais, acompanhados por atores supra locais com relevância estratégica, no desenho da estratégia e do plano de ação agora apresentado.**

O desenho da EEC e do Plano de Ação mobilizou **158 entidades nacionais e internacionais (38 entidades públicas, 8 de natureza público/privada e 112 de natureza privada, das quais 84 são empresas) das 10 tipologias constantes no Aviso da fase anterior, a saber:**

- Entidades do sistema científico e tecnológico | **10 parceiros** (FCSH UNL; FCT UNL; IPG; IPPortalegre; IPCB; Itecons, SERQ, LNEC; LNEG e UBI)
- Agências e associações de desenvolvimento | **8 parceiros** (ADL ProRaia, ADL RUDE, ADL ADRUSE, ADL ADIBER, ADL ADRACES, ADL RAIÁ Histórica, ADISGATA (Espanha) e AHRESP)

3. Entidades que desenvolvem atividade na promoção e dinamização turística | 8 parceiros (ARPT Centro, ERT Centro; Animactiva; ADIRAM, ADXTUR, Inov@Termas; Destnature e Gardunha Viva)
4. Associações empresariais e entidades representativas dos agentes económicos associados ao recurso endógeno | 9 parceiros (CEARTE, ADES, NERC, AEBB; NERGA, ANQIP; ANFAJE, Ordem dos Arquitetos-Centro e Ordem dos Engenheiros–Centro)
5. Empresas | 84 parceiros (Adega de Castelo Rodrigo; Altice Portugal, S.A; Agro-Pecuaria Realidanha, Lda; Ao Seu Serviço; AUDACIOSA SERRA, UNIPESSOAL LDA - Piódão Natour; Brindar Momento - Casa do Castelo, Lda; Canopea; Casas do Campanário, Sociedade Agrícola, Lda; Casas do Juizo - Turismo de Aldeia, Lda; Cisterna - Unipessoal Lda; Clube de Voo Livre Vertical; Cruzada Dinâmica unipessoal, Lda; Dario Diamantino Micaelo Arrepia; De Novo - Turismo de Aldeia, Lda - Pedra Nova; Delfina Matilde Monteiro; Dulce Maria Castiço Nunes Ribeiro; Eco Glamping Gardunha, Lda; Edicais Turismo, Unipessoal Lda; Ergomoments, Lda. – Cabralina; Esquila Real, Gestão Hoteleira, Unipessoal, Lda; Expectativa Gentil – Lda; Euronet 360 Finance Limited, Sucursal Em Portugal; Fernanda Manuela Matos Esteves; Geocakes Unipessoal, Lda; Greenvolt Next Portugal, Lda; Hen - Serviços Energéticos, Lda; H1 - Hotelaria e Turismo, Lda; Hotel Turismo da Covilhã, S.A; Hotelaria e Turismo Carlos Couto Lda (Hotel Samasa); Hvg - Hotelaria e Turismo, Lda; Imobiliária Manuel Brancal, S.A; Joyful Lizard, Lda - Lagarto Pintado; LEAH - TOURISM - HOSPITALITY, Cardo Mercearia – Sortelha; Leya, S.A; Lucia Maria Pais Pereira Henriques, Unipessoal Lda - Belmonte Sinai Hotel; Luís Carlos Ricardo Machado; Luis Pedro Leal Monteiro Proença Cerca; Marco Alexandre dos Santos Ferraz (Ambieduca); Maria Brigas, Brigas e Brigas, Lda – Inbula; Manteivias - Engenharia e Construção S.A; Maria da Graça Matos de Castro Martins (Casa do Ti Messias); Marca Líquida, Lda; Mercearia do Fradinho; Mimoso Houses, Lda; Mulagueta - Restauração e Turismo Rural, Unipessoal Lda; Nuno Martins, Unipessoal, Lda - Casa do Zé; Nuno Miguel Costa Marcelo - Estrela Bike; Os Melhores Rabiscos Unipessoal Lda; Ovaládescoberta, Unipessoal , Lda. - Liv+; Paulo Mimoso Unipessoal, Lda; Pausa do Costume, Lda; Raízes Apelativas, Lda - Casa da Cerca; Risoturismo - Turismo No Espaço Rural, Unipessoal Lda; Resiestrela - Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S.A; Resinature - Soluções Ambientais, Lda; Rvb - Investimentos e Imobiliária, Lda; Rui Manuel Figueira Fernandes - Meimoa Guesthouse; Sabores Eruditos, Lda - BRB Catering; Simão & Marcelino - Gestão de Imóveis, Lda - Casas do Chão Ribeirinho; Síntese Parcial Lda - Intur Travel Consulting; Renault Portugal, S.A; Sociedade de Desenvolvimento da Quinta do Colmeal, Lda; Sociedade Termal de Unhais da Serra, S.A; Starbase 18, Lda; Starmodular, S. A; TD CORK Lda; Tecnat - Tecnologias de Acabamentos, Limitada; Technuts Serviços de Informação e Produção Agrícola Lda; Telma Filipa dos Santos Lourenço - Quinta do Vale Tourão; Turiesperanza - Empreendimentos Turísticos, Lda; Turispedro - Casas Villar Maior; Upstream - Valorização do Território, S.A; Valnor - Valorização do Território, S.A; Valerie Florence Christine Censier - Produtora Agrícola / Ceramista; Vânia Patrícia dos Santos Gonçalves Fonseca; Viajaçor-Serviços de Mobilidade, Unipessoal Lda; Vicente Barata, Lda.; Ytravel; Hugo Moreira Unipessoal, Lda (Zero Graus); Hacienda Nava del Rey SL; José da Conceição Lopes; Sérgio Pais, Alojamento & Restauração Unipessoal, Lda; Joaquim Canodilho Lda - Quinta do Rio Noemi; JMAL - Atividades Turísticas Sortelha).
6. Entidades públicas e privadas da área da valorização e preservação do ambiente e do património natural e cultural | 4 parceiros (ADS – Biosphere; Domínio Vivo Lda- Biosphere; Vertiriva Lda – Biosphere; Estrela Bike - Aluguer de Bicicletas)
7. Autarquias locais e suas associações | 23 parceiros (Municípios da Rede, Juntas de Freguesia e CIM)

8. Outras entidades de natureza pública/privada | 6 parceiros (Associação Nest _ Centro de Inovação do Turismo; Comissão Vitivinícola Regional da Beira Interior; ADENE; Instituto do Cinema e do Audiovisual I.P. / *Portugal Film Commission*; Património Cultural, I.P. e Deputação Provincial de Cáceres)
9. Entidades da economia social | 1 parceiro (Fundação INATEL)
10. Outras entidades representativas das comunidades locais | 5 parceiros (Aldeias e Conjuntos da Raia Cacerena; Associação de Muralhas - Vila Maior; Transumância e Natureza – Associação; LAFIV - Liga dos Amigos de Idanha a-Velha e ASTA - Associação Socioterapêutica de Almeida)

O Consórcio AHP 2030 espelha uma forte articulação entre agentes de âmbito local, regional, nacional e internacional, fomentada por uma **cultura de parceria e trabalho em rede com carácter permanente**, salientando-se ainda o carácter dinâmico que lhe está associado através da inclusão no “contrato” de um artigo dedicado à flexibilidade de maneira a assegurar a melhor gestão de potenciais entrantes que o venham robustecer. Na constituição da EEC, à qual, de forma transparente, sempre esteve associada uma dimensão prática (plano de Ação), a AHP-ADT desencadeou um **processo de reflexão estratégica, mobilizando, desde o início, os agentes públicos e privados**. No quadro da elaboração da EEC e Plano de Ação AHP 2030, foi amplamente debatido e negociado aqueles que deveriam ser os domínios de especialização e apostas estratégicas, tendo o processo culminado com a criação dos diversos instrumentos e no compromisso dos *stakeholders* com o desenvolvimento sustentável das AHP e a materialização das orientações preconizadas num Plano de Ação que o operacionalize. Referem-se os momentos de mobilização da comunidade e agentes do território para a construção da EEC/Plano de Ação, entre eles, reuniões com a comunidade para a construção coletiva do Referencial, para o desenvolvimento dos PAESC, para a elaboração do Manual de Boas Práticas, para a delimitação das ARU e ORU, para a delimitação do perímetro AHP/Conjunto Monumento Nacional, e muitas outras iniciativas que permitiram definir uma base de trabalho para o ajustamento da EEC AHP 2030, tendo em conta as conclusões que resultaram de 5 anos de trabalho coletivo as diferentes entidades do foro transnacional, nacional, regional e local. Neste enquadramento, referem-se as múltiplas reuniões de Aldeia (com a comunidade), reuniões com as Juntas de Freguesia, reuniões de Direção, reuniões de Assembleia e reuniões de Consórcio. Refere-se ainda o contacto direto com entidades institucionais e promotores privados (diversos), dando como exemplo o contacto junto das Comunidades Intermunicipais (CIM BSE, CIMBB, CIM RC), Agências de Desenvolvimento Local/Grupos de Ação Local (PRO-RAIA, RUDE, ADRUSE, ADIBER, ADRACES, RAIA HISTÓRICA, ADISGATA), Sistema Científico e Tecnológico (IPCB, UA, UNL, IPG, IPP, etc.), associações empresariais locais/regionais (NERC, AEBB, NERGA, ADES, Smart Waste, Gardunha Viva, Nest, LAIFV, etc.), entidades institucionais (ERT-TCP, ARPT CP, Património Cultural, ADENE, Portugal Film Commissioner, Ordem dos Arquitetos, Ordem dos Engenheiros, LNEC, LNEG, etc.).

Como previamente apresentado, a **concretização da EEC e do seu Plano de Ação sustenta-se num modelo de governação (ponto 6)** que inclui diversas entidades com diferentes domínios e níveis de atuação e, por conseguinte, com responsabilidades também distintas. Assumindo a liderança do referencial estratégico e operacional para o horizonte 2030, a AHP-ADT tem sido e continuará a ser responsável pela mobilização das entidades públicas e privadas que integram a parceria / consórcio PROVERE, dando continuidade ao trabalho em rede levado a cabo ao longo dos anteriores períodos de programação financeira em que assumiu o papel de liderança na construção e concretização da EEC e reforçando um modelo colaborativo e participado de implementação da estratégia e plano de ação.

O envolvimento permanente dos atores decorre, pois, da transposição do modelo de governação que estrutura a parceria em grupos de trabalho estratégico-temáticos com os quais se pretende desenvolver um trabalho em rede de forte cooperação que garante a corresponsabilização dos atores na construção, seleção, implementação e monitorização das operações.

Mencionar que desde a 1ª fase já integraram mais entidades no processo de desenvolvimento, designadamente 13 empresas e a Faculdade de Arquitetura do Porto, evidenciando assim o trabalho de disseminação da EEC e Plano de Ação por parte da Estrutura Técnica.

9 PRIORIDADES DO “SISTEMA DE INCENTIVOS ÀS EMPRESAS DE BASE TERRITORIAL”

O processo de auscultação dos agentes privados no território da área geográfica de atuação da AHP-ADT (Figura 4) teve em consideração a identificação de empresas que pudessem contribuir para o robustecimento das dinâmicas económicas nos quatro domínios de especialização sinalizados na EEC AHP 2030, com particular destaque para o **turismo sustentável** e **indústrias culturais e criativas**, por serem os setores que já oferecem dinâmicas próprias e grau de maturidade.

Relativamente ao **turismo sustentável**, pretende-se fortalecer o posicionamento do destino como sustentável, devendo, assim, a oferta já instalada e a instalar incorporar os princípios da transição verde e digital. Relativamente às **indústrias culturais e criativas**, pese embora as fortes dinâmicas organicamente observadas, este é um setor emergente em torno do qual importa profissionalizar o território de forma a melhor capitalizar e potenciar as oportunidades, na expectativa de se consolidar um desenvolvimento económico das aldeias mais diverso e resiliente. Esta opção estratégica resulta do facto de se constatar um abrandamento da atividade turística na Europa, com forte impacto nos países do Sul europeu devido às alterações climáticas, o que pode contribuir para uma melhor sustentabilidade económica e financeira da indústria do turismo já radicada, atenuando os efeitos da sazonalidade e de dependência perante a instabilidade promovida por fatores exógenos que dificultam um exercício mais fiel em termos de prospetiva estratégica.

Por via dos processos de descoberta empreendedora espera-se integrar outros CAE, designadamente os relacionados com os domínios da **biodiversidade/agricultura sustentável e construção/reabilitação sustentável**, conduzindo assim à transferibilidade para o tecido empresarial do conhecimento e inovação gerados, fator de diferenciação para a implementação de uma nova *praxis* nestes dois domínios.

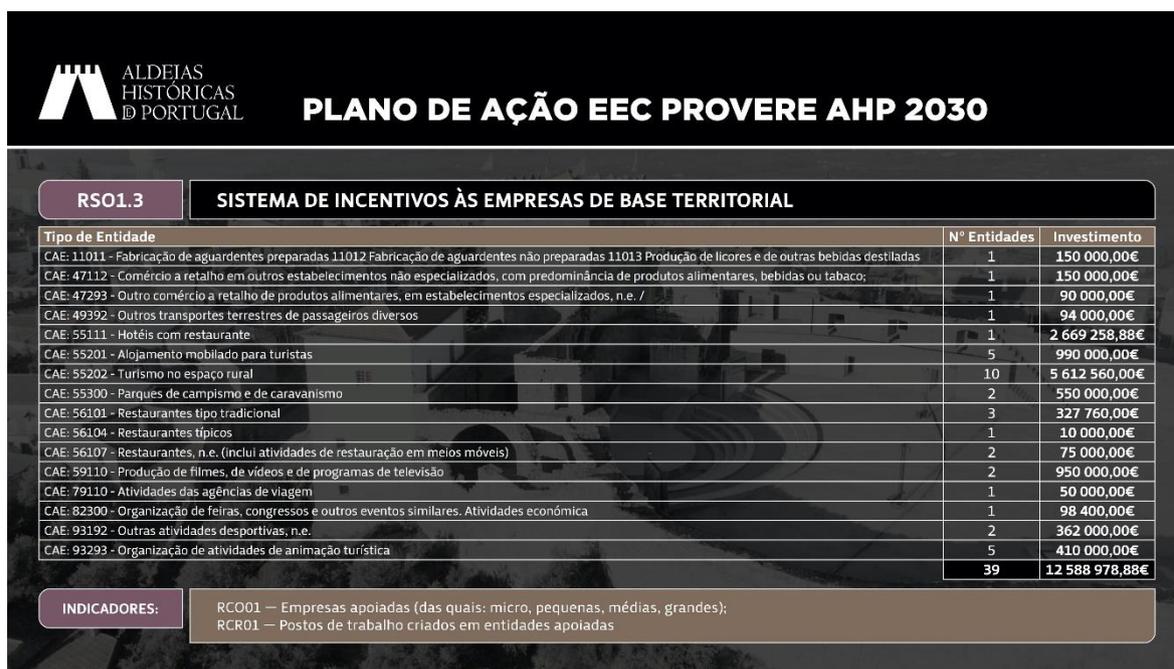
O quadro macro⁹ que se prevê para a Europa na fileira do turismo no médio e longo prazo determina uma clara aposta nos princípios da sustentabilidade, como de resto se argumentou no documento da EEC AHP 2030 (1ª fase de qualificação). Neste contexto e sendo um destino turístico um compósito de recursos primários (pontos de interesse), secundários (oferta instalada), estruturas e organizações especialmente vocacionadas para a atividade turística, utilizando determinado produto ou produtos como base da sua comercialização interna e externa como local atrativo ao Turismo e aos turistas, é perentório que o Destino seja visto como um ecossistema que alimenta e é alimentado por todos os *players* obedecendo a uma visão e objetivos comuns. Ora, neste paradigma e em linha com os objetivos estratégicos e as metas definidas até 2030, mormente o estatuto de Eficiente e Sustentável para a Rede Aldeias Históricas de Portugal, importa que o tecido empresarial promova as necessárias mudanças de convergência com este posicionamento e que seja uma oferta compreendida e percebida como “verde” pelos turistas, que se querem responsáveis, robustecendo a visão ecossistémica desenhada para a rede em torno deste domínio. A transformação estrutural (transição verde e digital do destino) é da responsabilidade da AHP-ADT, Municípios e Juntas de Freguesia, devendo as empresas ligar-se ao processo fazendo as necessárias intervenções e adaptações (físicas e imateriais) tendo em vista o contributo para a descarbonização do destino e a sua eficiência (energética e hídrica) com o ensejo de se diminuir a emissão de CO2 em

⁹ Report Crises in Tourism: Impacts and Lessons from European Destinations (European Travel Commission, september 2024), OECD (2024), OECD Tourism Trends and Policies 2024, OECD Publishing, Paris, A visão a longo prazo para as zonas rurais da UE: resultados principais e vias a seguir, Bruxelas, 27.3.2024, Regional impact of climate change on European tourism demand, Joint Research Center, Comissão Europeia, 2023, European climate risk assessment - Executive summary, European Environment Agency, 01/2024

cerca de 55% até 2030, cabendo a estes a responsabilidade de também se associarem ao processo de monitorização e de correspondência com os 17 ODS.

Como se observa na Figura 5, a maioria das empresas encontra-se ligada ao setor do turismo (criação, expansão e modernização), precisamente por ser o que apresenta maior consolidação, mas também necessidade de diferenciação na sua cadeia de valor contribuindo para o incremento da do destino, sendo este um fator de inovação ao nível organizacional, produto e de marketing. A localização dos projetos considera, maioritariamente a escala municipal pela razão de no contexto das AHP serem escassas as oportunidades (i) de novas construções ou (ii) intervenções no existente, uma vez que é reduzida a disponibilidade de imóveis para o arrendamento ou aquisição e, quando existem, os preços especulativos são inatingíveis para grande parte do tecido empresarial de nano e micro escala, resultando, o que se reflete na penetração no território de cadeias/operadores não convergentes com o conceito de Aldeia Histórica, impessoalizando o serviço e enfraquecendo os fatores distintivos e únicos e a identidade comunitária. Apontamos esta situação como condicionante, à qual acresce a complexidade de intervenção nas AHP rumo à neutralidade carbónica pela ausência de projetos testados e efetivos em áreas classificadas. Por outro lado, e não de somenos importância, importa apoiar empresas em setores de atividade que permitam debelar condicionantes estruturais de contexto, das quais se desatacam as seguintes: (i) o custo elevado das intervenções necessárias, pela escassa disponibilidade de mão-de-obra especializada e preço dos materiais ou ausência deles em linha com as orientações emanadas pelo Património e Cultura, Instituto Público; (ii) a morosidade no processo de aprovação e na identificação de empresas habilitadas para este tipo de intervenção é outra problemática que muitas vezes leva ao afastamento da iniciativa privada e à sua fixação em outras geografias dos municípios integrantes da Rede AHP. Neste contexto, o apoio a empresas que pretendam investir e apostar nestes nichos de mercado, na construção/reabilitação sustentável é prioritário para a revitalização das AHP.

Figura 5. Informação relativa ao Oe1.3 – Plano de Ação EEC AHP2030



As indústrias culturais e criativas são um setor que já evidenciou grande potencial na região, cuja mão-de-obra especializada se espera poder ser proveniente do sistema científico instalado na região, mas também de outras geografias, cabendo à AHP-ADT e aos agentes de desenvolvimento local (administração pública) criar as condições necessárias para a retenção desse talento. Porém, a cadeia de valor não se circunscreve à disponibilidade de recursos

humanos, envolvendo a criação de um ecossistema de criatividade e inovação do qual é peça chave a disponibilização de infraestruturas e amenidades que concorram para a atratividade, competitividade e diferenciação do território da Rede AHP. A identificação deste setor económico como prioritário no sistema de incentivos está também associado ao seu potencial na valorização e capitalização do saber-fazer local e do património imaterial associado a práticas ancestrais e, através do diálogo multidisciplinar, na geração de valor nas produções que se venham a realizar nas AHP, com impacto direto no crescimento inclusivo e na promoção de realizações que pugnam pela responsabilidade social e pelo estreito alinhamento com os 17 ODS. Como se trata de um setor pouco organizado e profissionalizado, sabemos de antemão que a articulação exigirá grande foco e compromisso de todos os parceiros e comunidade, para que consiga obter uma aceleração nesta atividade económica, à semelhança do que foi já alcançado no setor do turismo.

10 ANÁLISE DE MÉRITO

10.1 A. Adequação à estratégia - 30%

10.1.1 A1. Relevância do Plano de Ação face às apostas estratégicas (30%) | Adequação do PA às apostas estratégicas que foram apresentadas na fase de pré-qualificação

Na fase de pré-qualificação, fruto do (i) diagnóstico atualizado de contexto que levou à validação de necessidades e desafios e subsequente aprovação do Referencial “Aldeias Históricas de Portugal” e (ii) da sistematização de quadros estratégicos supralocais a ter em consideração nas propostas de desenvolvimento integrado da Rede AHP, foram identificadas as seguintes **apostas estratégicas (AE)** que se afirmam como eixos estruturais de atuação da AHP-ADT no âmbito do PROVERE: **AE1.** Gestão, avaliação e mobilização da parceria; **AE2.** Animação, comunicação e marketing territorial; **AE3.** Qualificação para a classificação das AHP; **AE4.** Inovação territorial e ativação económica e **AE5.** Plataforma AHP - território alargado. Com base nestas apostas estratégicas e cientes da necessidade de, no Plano de Ação agora previsto, todas serem alvo de projetos âncora que reforçassem ou espoletassem a sua operacionalização, na tabela seguinte é apresentada a matriz de correlação do plano de ação com as AE e domínios de especialização AHP 2030.

Tabela 3. matriz de correlação plano de ação e apostas estratégicas

Apostas estratégicas	Projetos-âncora	Domínios de especialização da EEC AHP 2030			
		Turismo sustentável	Agricultura sustentável e biodiversidade	Indústrias culturais e criativas	Reabilitação e construção sustentável
AE1. Gestão, avaliação e mobilização da parceria	PA1. Projeto de Dinamização, Coordenação e Acompanhamento (oe5.2)	Transversal			
AE2. Animação, comunicação e marketing territorial	PA2. Projeto de Animação, Comunicação e Marketing (oe5.2)	Transversal			
AE3. Qualificação para a classificação das AHP	PA3. <i>Community-based urban water management</i> Aproveitamento de água de origens alternativas nas Aldeias Históricas de Portugal (Cisternas dos Castelos como ativo para potenciar a eficiência hídrica) (oe1.4)	●	●		●
AE4. Inovação territorial e ativação económica	PA4. Rede AHP um destino/território <i>Film Friendly/Green Shooting</i> (OE1.4)	●		●	
	PA5. Rede AHP <i>Farm-to-fork ecosystem-based management</i> (oe1.4)	●	●		
	PA6. Linum <i>Innovation and Creative Ecosystem for value Co-Creation</i> (oe1.4)	●	●	●	

AE5. Plataforma AHP - território alargado	Esta aposta estratégica será tratada por via de projetos complementares, estando contudo vertida de forma holística nos seis PA.
---	--

De relevar que o Plano de Ação não se esgota em projetos âncoras, sendo os projetos complementares importantes contributos para o pleno alinhamento entre estratégia e ação. Assim, em linha com o referido na AE5, também as AE3 e AE4 concretizadas através de projetos complementares e, particularmente na AE4, de projetos privados (oe1.3) informando-se ainda, que está em fase de diálogo e concertação a possibilidade de submissão de candidaturas aos Programas INTERREG e Urban Horizon.

Face ao exposto, que se baseia na informação prestada na presente Memória Descritiva, especialmente nos pontos 3, 7 e Anexo I, considera-se que ao subcritério A1 devem ser atribuídos 5 pontos.

10.1.2 A2. Envolvimento de atores – Demonstração do envolvimento direto dos parceiros do consórcio nas ações propostas (30%)

Como referido no ponto 8, o processo de construção da EEC AHP 2030 e do Plano de Ação resulta de um aturado processo de auscultação que reporta ao ano 2019, iniciado com o processo de Valorização da Rede AHP, a partir do qual foi possível a criação do Referencial AHP, o Plano de Gestão da Rede AHP, a definição das ARU e ORU Sistemáticas para as 12 AHP, o Manual de apoio à reabilitação das AHP, o início do processo de Classificação da Rede como Conjunto Monumento Nacional [8 Aldeias já com o estatuto de Vias de Classificação (Almeida, Piódão, Linhares da Beira, Marialva, Sortelha, Trancoso, Castelo Rodrigo e Belmonte), 1 classificada como Conjunto Monumento Nacional (Idanha-a-Velha) e 3 em fase de análise para progredirem para Vias de Classificação, destas, 2 já possuem a categoria de Conjunto de Interesse Público (Castelo Mendo e Castelo Novo)]. Sobre o envolvimento dos diferentes agentes (públicos e privados de diferentes níveis geográficos) e comunidades relativamente às áreas supramencionadas, a AHP-ADT evidenciou-o nos seus relatórios semestrais e final de atividade (2019-2023). Em temas chave, refere-se que desde 2022 foram promovidas reuniões relacionadas com a eficiência hídrica e energética e a mobilidade, com sessões de esclarecimento, assinatura de protocolos, visitas técnicas, reuniões individuais e coletivas, que, pelos resultados obtidos nos processos iniciados em 2019, determinaram a adequação do Modelo de Governação com a integração dos Grupos Temáticos Estratégicos associados a cada domínio de especialização inscritos na EEC AHP 2030, conforme se evidencia na figura 4.

O trabalho com a iniciativa privada tem sido uma constante, culminando com a integração dos agentes privados em diversos programas turísticos que, de outra forma, não seriam objeto de venda por parte de operadores nacionais e internacionais que promovem o *incoming*, contribuindo assim para o objetivo estratégico de se consolidar o processo de internacionalização do destino com a participação direta das micro e pequenas empresas. A título de exemplo elencam-se alguns links que permitem atestar o trabalho de envolvimento e de colaboração que tem vindo a ser desenvolvido com as empresas de diferentes setores da atividade turística com operação/distribuição nacional e internacional: Priolo *Travel* - <https://priolotravel.nl/portugal-vakantie/centro-de-portugal/>; Singular Spain - www.singularspain.es/route/45 - Mercado Espanhol - Viagens à medida; Estrela E Bike - www.estrelaebike.pt/biketrip-portugal-aldeiahistoricas-serradaestrela-2/; Liv+ - www.liveplus.pt/; Kids Del Mundo - www.kidsdelmundo.com/ - Mercado Holandês – Travel Advisor - Viagens em Família; The Slow Cyclist – <https://theslowcyclist.com/destinations/portugal/the-coa-valley/>.

A proximidade tem gerado mais relações de reciprocidade e maior confiança junto dos agentes (locais e outros), que se consubstancia numa maior ligação ao destino e à marca Aldeias Históricas de Portugal como âncora para dar visibilidade ao negócio. Para o robustecimento da interação e os impactos positivos daqui resultantes referem-se ainda as parcerias que a AHP-ADT tem estabelecido, designadamente com as plataformas (AIRBNB <https://www.airbnb.pt/e/aldeiahistoricaspt>), TRIPADVISOR (<https://www.tripadvisor.pt/Tourism-q24827191->

[Historical Villages of Portugal Central Portugal-Vacations.html](https://naturetravellab.com/portugal/historische-dorpen-portugal/));
(<https://naturetravellab.com/portugal/historische-dorpen-portugal/>).

TRIPADVISOR

TRAVEL

Sobre as iniciativas relacionadas o Oe 1.4, como referido, estas têm sido trabalhadas com os Grupos Temáticos Estratégicos e discutidas nas reuniões dos órgãos sociais. Outras iniciativas que integram o Plano de Ação, por exemplo a instalação da Comunidade de Autoconsumo Coletivo em Sortelha que, dada a certeza da respetiva exequibilidade, foi apresentada à população, tendo a adesão da comunidade superado todas as expectativas. Igual procedimento foi adotado quando da instalação do piloto da mobilidade urbana sustentável em Castelo Novo, com objetivos de replicação nas restantes Aldeias Históricas. O *modus operandi* *bottom-up*, da AHP-ADT e parceiros na execução de projetos PROVERE e outros é uma evidência inegável e reconhecida pela comunidade, desde residentes, aos agentes económicos, juntas de freguesia e câmara municipais.

Face ao exposto, que se baseia na informação prestada na presente Memória Descritiva, especialmente nos pontos 6 e 8, considera-se que ao subcritério A2 devem ser atribuídos 5 pontos.

10.1.3 A3. Programação (30%) | Apresentação clara da programação – projetos - com descrição das atividades planeadas e dos resultados esperados

O Plano de Ação é um instrumento que contém um conjunto de projetos (âncora, complementares e privados – estes últimos indicativos) em linha com o racional estratégico definido para a Rede AHP 2030 e aprovado na fase de pré-qualificação. Respeitando o previsto no Aviso, para a avaliação deste critério é considerada a programação dos projetos âncora, cujo financiamento está diretamente relacionado com o Aviso enquadrador desta MD. Assim, a programação das atividades/operações previstas nos oe5.2 e oe1.4, sendo para estas apresentadas fichas de projeto de acordo com o modelo definido pela AG Centro 2030, incluindo a programação, descrição, resultados e outra informação que evidencia o cenário de ação preconizado. Reforçando o exposto, no oe5.2 o Plano de Ação integra as seguintes operações:

- **PA1. Governação, Coordenação e dinamização do Consórcio da EEC PROVERE Aldeias Históricas de Portugal;**
- **PA2. Marketing, Comunicação e Animação Aldeias Históricas de Portugal.**

As duas operações apresentam carácter transversal ao Plano de Ação, cabendo à primeira a coordenação e gestão da parceria, a mobilização e capacitação dos agentes envolvidos e a avaliação e monitorização e, à segunda, a comunicação interna e externa (abordagem 360°), a animação com atividades orientadas para a atração de novos públicos e com capacidade de formatação de programas turísticos diferenciadores e a capacitação dos intervenientes locais para a valorização da identidade e cultura no contexto da animação e das iniciativas de descoberta empreendedora (oe1.4) orientadas para o domínio RIS 3 "Cultura, Criatividade e Turismo".

No tocante ao planeamento das ações, à semelhança do percurso que a AHP-ADT tem vindo a realizar nos últimos anos, mantem-se a abordagem de proximidade junto dos agentes públicos, integrando-os no processo de desenvolvimento, corresponsabilização e de compromisso, considerando-se entidades nevrálgicas para a execução das ações estruturantes em torno do recurso da EEC. Destaque para as Juntas de Freguesia que assumem um papel preponderante de ligação à comunidade e de facilitação de comunicação e disseminação. Os grupos temáticos estratégicos que, pelo grau de especialização que possuem nos eixos de atuação considerados na EEC, adquirem estatuto de “conselheiros” e “influenciadores” no processo de tomada de decisão. Neste quadro de responsabilidade o modelo de governação dita a prática de reuniões técnicas, de esclarecimento e de sensibilização, a par de visitas técnicas como tem sido prática adotada e já fortemente enraizada desde 2019. No que concerne aos agentes privados tem-se privilegiado a realização de reuniões setoriais, apesar das cada vez mais frequente reuniões bilaterais, devido aos resultados mais positivos. À

semelhança da *praxis* implementada junto dos agentes públicos, também os privados têm sido alvo de visitas técnicas com o objetivo de melhor compreender fragilidades e oportunidades de melhoria (no contexto de evolução do negócio no domínio da inovação de marketing, processo, produto ou organizacional) e/ou de prestar aconselhamento relativamente à criação de novos negócios que enquadram o racional da EEC.

À governação, Coordenação e dinamização do Consórcio acresce a responsabilidade de monitorizar e avaliar os impactos do Plano de Ação, iniciativa que é transversal e que concorre para a boa corporização da EEC. Neste âmbito a AHP-ADT, para além de respeitar os indicadores Centro 2030, desenhou o seu próprio modelo de monitorização convergente com os 17 ODS como se evidenciou no anexo à memória descritiva que acompanhou a fase da pré-qualificação da EEC, a que acresce o referencial de monitorização do Pacto de Autarcas, no qual tanto os Municípios como a AHP-ADT, na qualidade de promotora, têm a responsabilidade de apresentar bianualmente a evolução de indicadores.

Relativamente ao Plano de Comunicação e Marketing e Animação, constituem-se objetivos centrais: (i) manter o reconhecimento *top of mind do destino AHP* (Portugal/Espanha); (ii) consolidar o destino turístico e afirmar o território como *living lab* para diferentes setores económicos; (iii) ganhar maior reputação e ampliar notoriedade para integração em redes internacionais.

Atendendo que a fileira do turismo é a que apresenta maior consolidação enquanto atividade económica promovida por via do PROVERE, a proposta passa pela criação e gestão de produtos turísticos conforme o disposto na 6.

No que se refere à animação, esta apresenta grande importância para o fortalecimento das dinâmicas territoriais e com a comunidade e agentes públicos e privados. A animação e as experiências são excelentes veículos para gerar maior atratividade dos produtos turísticos e amplificar o grau de experiências tendencialmente inimitáveis na

senda de se incrementar o grau de fidelização e a diminuição da sazonalidade por via de agenda de eventos com regularidade e inspirada na materialidade e imaterialidade do Recurso Aldeias Históricas de Portugal.

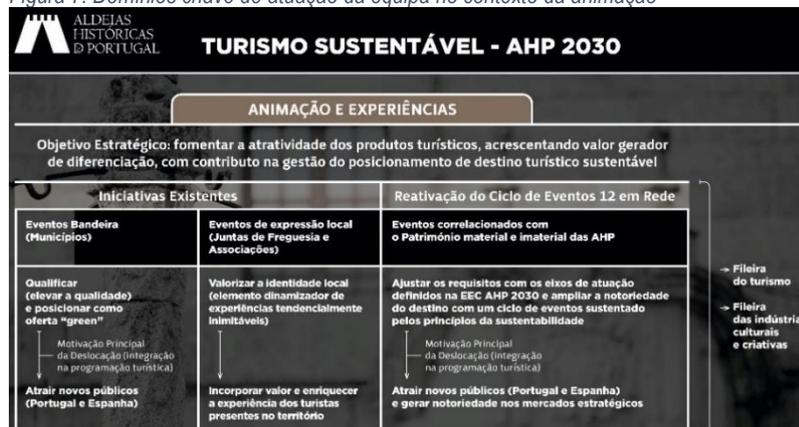
Passando ao **oe1.4** o Plano de Ação integra as seguintes operações:

- **PA3. Community-based urban water management | Aproveitamento de água de origens alternativas nas Aldeias Históricas de Portugal (Cisternas dos Castelos como ativo para potenciar a eficiência hídrica);**
- **PA4. Rede AHP um destino/território Film Friendly/Green Shooting;**

Figura 6. Domínios chave de atuação da equipa no contexto da comunicação e marketing



Figura 7. Domínios chave de atuação da equipa no contexto da animação



- **PA5. Rede AHP | Farm-to-fork ecosystem based management.**
- **PA6. Linum | Innovation and Creative Ecosystem for value Co-Creation;**

As ações apresentam sinergias entre elas contribuindo organicamente para a elevação de um ecossistema que promove um quadro de reforço da plataforma de inovação da RIS3 “Promover Inovação Territorial” e se alinha com os ODS. **PA3)** Face aos desafios climáticos e à vulnerabilidade do território da rede AHP a riscos de seca e desertificação, a gestão hídrica é uma matéria estratégica, plasmada nos PAESC desenvolvidos e também nas ORU. As Aldeias Históricas apesar de na origem terem sido dotadas de sistemas de recolha e armazenamento de águas pluviais, atualmente não dispõe de nenhum sistema em funcionamento. O PA3 visa encontrar uma resposta viável através da valorização de estruturas históricas de armazenamento (cisternas) e sistemas de captação (fontes de mergulho, minas, etc.) existentes. Prevê-se um projeto experimental piloto, com envolvimento comunitário, que avalie a aldeia como um todo e estude a viabilidade de armazenamento e reutilização de águas pluviais para usos não humano, mas essenciais à gestão e qualidade dos espaços urbanos e rurais da envolvente direta da aldeia (ex. rega e lavagem de espaços públicos, combate a incêndios, torres de arrefecimento e, no caso de uma rede que possa vir a incluir espaços privados – edificado, para fins de consumo não humano aí necessários). Esta abordagem experimental foca-se e reforça a vocação da Rede para a prática de um destino turístico sustentável e responsável, a par das irradiações positivas em outros domínios de especialização sinalizados na EEC PROVERE AHP 2030. **PA4)** Projeto no domínio de especialização “Indústrias culturais e criativas”, é um projeto de redes integradas de cooperação territorial e comunitária que aposta na qualidade de vida, crescimento económico e diversificação da atividade económica associado ao conceito de gestão *triple bottom line*. As atividades previstas visam a profissionalização da Rede AHP como oferta diferenciadora capaz de atrair produções de valor acrescentado para o território que, de forma orgânica, tem sido palco desta demanda. O saber fazer (artesãos), setor empresarial local e organismos ligados à fileira regional e nacional são a base para a criação deste ecossistema que culmina com o setor de turismo e a criação de novo produto turístico. **PA5)** Enquadrado no domínio de especialização da EEC AHP 2030 “Biodiversidade/Agricultura Sustentável”, valoriza o mosaico paisagístico e a ampliação das dinâmicas de inovação social de caráter comunitário e inclusivo, criando valor e rentabilizando, de forma sustentável, o saber-fazer local (técnicas tradicionais agrícolas), o apoio a cadeias curtas (projeto Rede de Tabernas e Mercearias AHP), a gestão dos solos e a propriedade agrícola de pequena escala e a proteção do património material ligado à atividade agrícola (eiras, moinhos, muros de emparcelamento das terras, levadas, etc.). Atua também na dinamização do património imaterial como ativo para geração de novos eventos e experiências ancoradas na identidade local, com grande potencial de ligação à atividade turística. **PA6)** Projeto multidisciplinar enquadrado nos domínios de especialização da EEC AHP 2030 “Biodiversidade/Agricultura Sustentável”; “Indústrias Culturais e Criativas”; Turismo Sustentável e Construção Sustentável, focado nas várias fases do processo de valorização do linho: colheita; tratamento; transformação (têxtil, indústria farmacêutica e cosmética; indústria alimentar). A Aldeia Histórica de Linhares da Beira foi selecionada para a sua implementação por se tratar de uma prática milenar, que, entretanto, caiu em desuso, existindo apenas no seio de alguns agregados familiares. E porque se trata de uma herança à qual se reconhece grande potencial para a ativação de novos setores, facticidade que resulta de vários campos de investigação que conciliam esta atividade ao mundo da moda (slow fashion), alimentação saudável, cosmética e agricultura regenerativa.

A descrição pormenorizada de cada uma das operações apresentadas encontra-se disposta nas fichas que se constituem como anexo à presente Memória Descritiva. São de igual modo referidos os objetivos, as entidades parcerias que direta e indiretamente colaboram para a materialização dos projetos.

Figura 8. Indicadores e metas

Código Oe	Tipo de Indicador	Código Indicador	Designação do indicador	Unidade do indicador	Meta
RSO1.3	Realização	RCO01	Empresas apoiadas (das quais: micro, pequenas, médias, grandes)	empresas	5
RSO1.3	Realização	RCO02	Empresas apoiadas através de subvenções	empresas	5
RSO1.3	Resultado	RCR01	Postos de trabalho criados em entidades apoiadas	ETI anuais	5
RSO1.4	Realização	RCO16	Participação de intervenientes institucionais no processo de descoberta empreendedora	Número	70
RSO1.4	Resultado	RSR03	Instituições envolvidas no processo de descoberta empreendedora	Número	25
RSO5.2	Realização	RCO74	População abrangida por projetos no âmbito de estratégias de desenvolvimento territorial integrado	Pessoas	1300
RSO5.2	Resultado	RSR10	Projetos transversais de âmbito intermunicipal	Número	6
RSO5.2	Resultado	RSR11	Instituições envolvidas nos projetos de promoção da capacitação institucional e do desenvolvimento regional apoiados	Número	16

No tocante aos resultados esperados, para além da densificação da capacidade de atuar em rede, criando e reforçando complementaridades e assim facilitando a ação, para os indicadores de realização e de resultado são consideradas as metas indicadas na Figura 8.

Face ao exposto, que se baseia na informação prestada na presente Memória Descritiva, especialmente nos pontos 6 e 8, considera-se que ao subcritério A3 devem ser atribuídos 5 pontos.

10.1.4 A4. Sustentabilidade (10%) | Descrição clara das iniciativas/ações cuja motivação tenha em consideração os impactos económicos, sociais e ambientais, atuais e futuros, que as mesmas podem gerar, posicionando ou reforçando os territórios PROVERE como destinos sustentáveis e responsáveis (ambiental, económica e socialmente)

Como é consabido, a Rede Aldeias Históricas de Portugal foi o primeiro destino em rede a receber a certificação BIOSPHERE DESTINATION, facto que resulta da clara e inequívoca aposta na sustentabilidade e inovação desde 2016 e que se mantém como princípio estrutural que sustenta a visão e a EEC AHP 2030. Todos os instrumentos desenvolvidos desde 2019 relativos à gestão urbanística das AHP concorrem para a valorização e, consequentemente, para a sustentabilidade do recurso, culminando com a abertura dos processos de (re)classificação patrimonial das AHP como Conjunto Monumento Nacional, como mecanismo de proteção e preservação das mesmas e do seu entorno direto. O recurso e território PROVERE AHP 2030 são trabalhados em conjunto, ou seja, qualificar e valorizar a paisagem como elemento indissociável da Aldeia, e em ambos encontrar o modelo sustentável de suporte ao crescimento económico, social e verde da Rede AHP. Esta perspetiva integrada e integradora da sustentabilidade tem obtido *feedback* positivo no quadro do nosso posicionamento nas redes internacionais, nomeadamente na **Organização Mundial de Turismo (Best Tourism Villages)**, na **New European BAUHAUS** (a AHP-ADT foi considerada Partner em junho deste ano) e na **Smart Villages Network**. Não menos relevante para a avaliação do presente critério o reconhecimento da AHP-ADT como promotor do **Pacto de Autarcas** e dos municípios como signatários do mesmo, o maior movimento dedicado ao Clima e Energia, com estreito alinhamento com os 17

Figura 9. Alinhamento EEC AHP 2030 – ODS

Objetivos de Desenvolvimento Sustentável	Apostas estratégicas (AE) da EEC AHP 2030				
	AE1. Gestão, avaliação e mobilização da parceria	AE2. Animação, comunicação e marketing territorial	AE3. Qualificação para a classificação das AHP	AE4. Inovação territorial e ativação económica	AE5. Plataforma AHP território alargado
1. Reduzir a pobreza			●	●	●
2. Erradicar a fome				●	●
3. Saúde de qualidade			●	●	●
4. Educação de qualidade	●	●	●	●	●
5. Igualdade de género	●	●	●	●	●
6. Água potável e saneamento					●
7. Energias renováveis e acessíveis			●	●	●
8. Trabalho digno e crescimento económico				●	●
9. Indústria, inovação e infraestruturas				●	
10. Reduzir as desigualdades	●	●	●	●	●
11. Cidades e comunidades sustentáveis	●	●	●	●	●
12. Produção e consumos sustentáveis		●	●	●	●
13. Ação climática		●	●	●	●
14. Proteger a vida marinha					
15. Proteger a natureza					●
16. Paz, justiça e instituições eficazes	●	●	●	●	●
17. Parcerias para a implementação	●	●	●	●	●

ODS que, de igual modo, a AHP-ADT tem tido em consideração, como evidenciado na EEC AHP 2030 (conforme imagem) e fichas (anexo I e Figura 9).

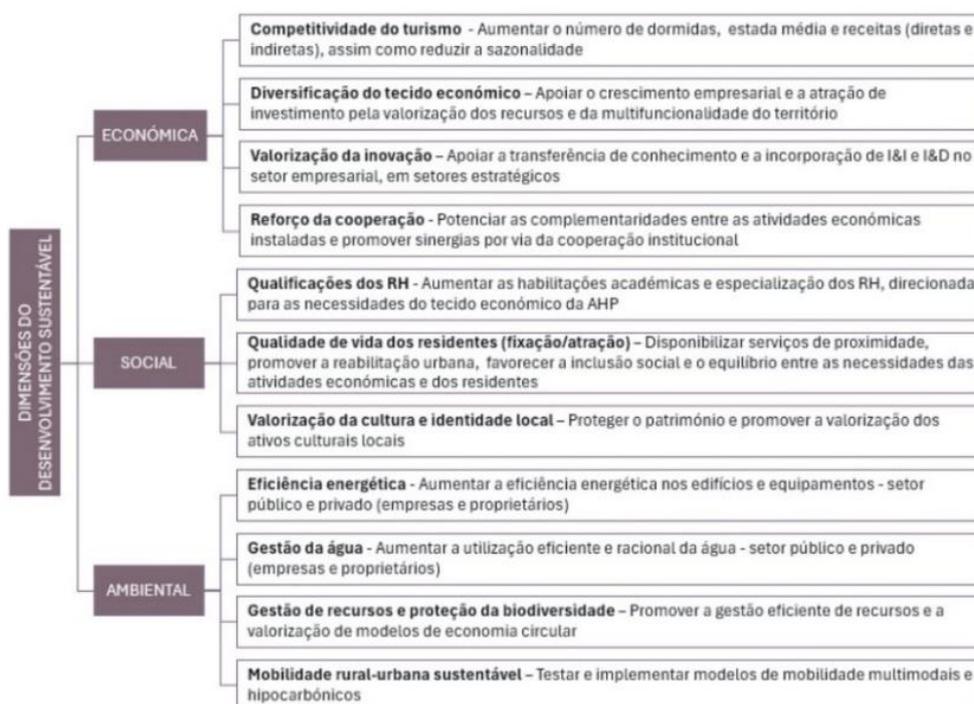
De reforçar que as iniciativas/ações do Plano de Ação decorrem do amplo processo de mobilização, de aprofundado estudo e definição de ações tendentes à descarbonização e demonstração do contributo da Rede, um território de baixa densidade, para a ação climática (adaptação e mitigação). Destacam-se temas incluídos no Plano de Ação como a mobilidade, atividades económicas e eventos sustentáveis, eficiência energética e hídrica, valorização de espaços públicos e paisagem, edifícios (construção/renovação), contratação e consumo responsável com vista ao cumprimento das metas (Figura 10).

Figura 10. Metas EEC AHP 2030



Por último infra dispõe-se na figura seguinte o resumo do impacto do Plano de ação na trilogia da sustentabilidade.

Figura 11. Impacto do Plano de ação na trilogia da sustentabilidade



Face ao exposto, que se baseia na informação prestada na presente Memória Descritiva, especialmente nos pontos 6 e 8, considera-se que ao subcritério A4 devem ser atribuídos 5 pontos.

10.2 B. Coerência da proposta - 50%

10.2.1 B1. Estrutura de dinamização, coordenação e acompanhamento (25%) | A proposta prevê a existência de uma estrutura executiva, em número e qualificações adequadas ao cumprimento de metas e objetivos propostos, bem como a capacitação dos recursos humanos envolvidos, a mobilização e capacitação dos agentes e um modelo de avaliação e monitorização adequado

O reconhecimento do trabalho levado a cabo pela AHP-ADT ao abrigo do PROVERE e a capacidade de atuação da entidade líder e da parceria tem sido determinante para a concretização do quadro estratégico e de ação, com resultados inquestionáveis na dinamização e reconhecimento do destino turístico. Neste âmbito, destaca-se a importância da estrutura técnica, pela sua multidisciplinariedade e capacidade comprovada para a dinamização do PROVERE e para o desenvolvimento do trabalho em Rede. A equipa técnica é composta por 8 elementos: 1 Coordenadora; 6 técnicos superiores (comunicação, turismo, design, desporto/ativo/natureza, arqueologia e gestora de projetos) e 1 assistente administrativa). É ainda de relevar o apoio provindo das entidades que compõem o Sistema Científico e Tecnológico que, de acordo com as áreas de especialização têm prestado apoio inequívoco na validação de conceitos/projetos. A par desta orgânica e quando necessários trabalhos de maior especialização, a AHP-ADT recorrerá à contratação de serviços especializados. É também importante mencionar que os serviços de contabilidade, jurídicos e de auditoria financeira são prestados por entidades externas pela ausência de competência internas nestas matérias. No tocante à capacitação foi explanado a praxis subjacente à presente proposta que, para além de prever a formação/capacitação junto agentes públicos e privados e comunidade (1.3.3), contempla também a contínua capacitação da equipa técnica através das redes nacionais e internacionais onde a AHP-ADT tem assento (Best Tourism Villages; Smart Villages Network; New European BAUHAUS; BIOSPHERE DESTINATION; Leading Quality Trails Best of Europe, entre outras). Sobre os Mecanismos de acompanhamento e avaliação considerámos a realização de reuniões periódicas (genéricas e específicas) e o Desenvolvimento de relatórios de execução e monitorização de carácter semestral, modelo ao qual atribuímos agilidade e flexibilidade para a deteção de pontos críticos e a introdução de medidas corretivas.

Focando-nos no subcritério em presença, é proposto o **PA1. Governação, Coordenação e dinamização do Consórcio da EEC PROVERE Aldeias Históricas de Portugal**, que inclui as atividades de gestão e implementação da EEC, nomeadamente, a equipa técnica e as iniciativas de mobilização previstas nos modelos de governação e de avaliação e monitorização (mecanismos de acompanhamento, incluindo momentos regulares de trabalho e partilha de informação entre parceiros) no sentido de garantir o pleno compromisso com a EEC e a concretização do plano de ação associado a cada domínio de especialização. Estão previstas as seguintes atividades: (i) Equipa técnica – coordenação e acompanhamento; (ii) Iniciativas de mobilização do Consórcio – modelo de governação e (iii) Monitorização e avaliação.

A mobilização e capacitação dos agentes é basilar ao modelo de governação e monitorização previstos e explicitados no ponto 6. O presente Plano de Ação, assim como toda a EEC foram amplamente debatidos tendo-se alcançado um conjunto de AE e de projetos que corporizam uma visão de futuro, coletiva, sustentável e que se traduz num efetivo compromisso dos *stakeholders* com o desenvolvimento sustentável das AHP. A concretização da EEC AHP 2030 e respetivo plano de ação integra um **modelo de governação** que inclui diversas entidades com diferentes domínios e níveis de atuação e, por conseguinte, com responsabilidades também distintas. Assumindo a liderança do referencial estratégico e operacional para o horizonte 2030, a AHP-ADT, através da equipa executiva dedicada, é responsável pela

mobilização das entidades públicas e privadas que integram a parceria PROVERE, dando continuidade ao trabalho em rede levado a cabo ao longo dos anteriores períodos de programação financeira em que assumiu o papel de liderança na construção e concretização da EEC das Aldeias Históricas de Portugal e reforçando um modelo colaborativo e participado de implementação da estratégia e plano de ação. O modelo de governação vigente é claro e operativo, focado nos resultados que se pretende alcançar e nos esforços e empenho coletivo que é necessário efetivar, incluindo três níveis/funções de atuação: (i) coordenação – responsabilidade dos órgãos de gestão da AHP-ADT, (ii) execução e monitorização - responsabilidade AHP-ADT por via da respetiva equipa executiva e (iii) acompanhamento – responsabilidade de todos os membros do consórcio/parceria (agentes públicos e privados), através da realização de reuniões regulares dos grupos de trabalho temático-estratégicos (GTE). No âmbito dos mecanismos de acompanhamento e avaliação estão previstos: (i) Realização de reuniões periódicas - Reuniões de coordenação e monitorização de execução (no mínimo, semestrais) e Reuniões de acompanhamento | Grupos de Trabalho (semestrais) e (ii) Desenvolvimento de relatórios de execução de carácter semestral. O modelo de governação preconizado e os mecanismos de acompanhamento e avaliação preveem a partilha de conhecimento, experiência e boas práticas entre os órgãos e com a comunidade. O **modelo de monitorização** integra (i) a monitorização diretamente associada a indicadores de realização e resultado do Portugal 2030 | Enquadrado no Oe5.2 (RSO5.2.) do Centro 2030 serão monitorizados os indicadores de realização e resultado identificados pelo Programa Financiador Centro 2030 e que espelham os critérios associados ao modelo de avaliação de impactos/resultados definido pelo organismo avaliador, associados à mobilização de tipologias de operação (TO) dos objetivos estratégicos 5 (OE5) e 1 (OE1), estando sob a responsabilidade da AHP-ADT a recolha e sistematização de informação regular sobre os indicadores, em articulação com os Parceiros do Consórcio PROVERE; (ii) a monitorização do impacto no desenvolvimento integrado do território de incidência e do recurso endógeno, alvo de valorização | dimensão multidisciplinar que envolve matérias relacionadas com a conceptualização do recurso Aldeia Histórica de Portugal e com os objetivos de desenvolvimento associados à EEC, nomeadamente no âmbito do desenvolvimento sustentável.

Face ao exposto, que se baseia na informação prestada na presente Memória Descritiva, especialmente no ponto 6 e ficha de projeto 1 (anexo I), considera-se que ao subcritério B1 devem ser atribuídos 5 pontos.

10.2.2 B2. Animação, Comunicação e Promoção (25%) | *A proposta prevê iniciativas diversificadas de animação e cultura respeitadoras da identidade dos territórios, onde uma agenda sustentada de eventos de ativação do recurso com o objetivo de gerar valor económico. Prevê uma estratégia de promoção e marketing visando quer o mercado nacional quer o mercado internacional, onde a notoriedade do recurso se procura afirmar*

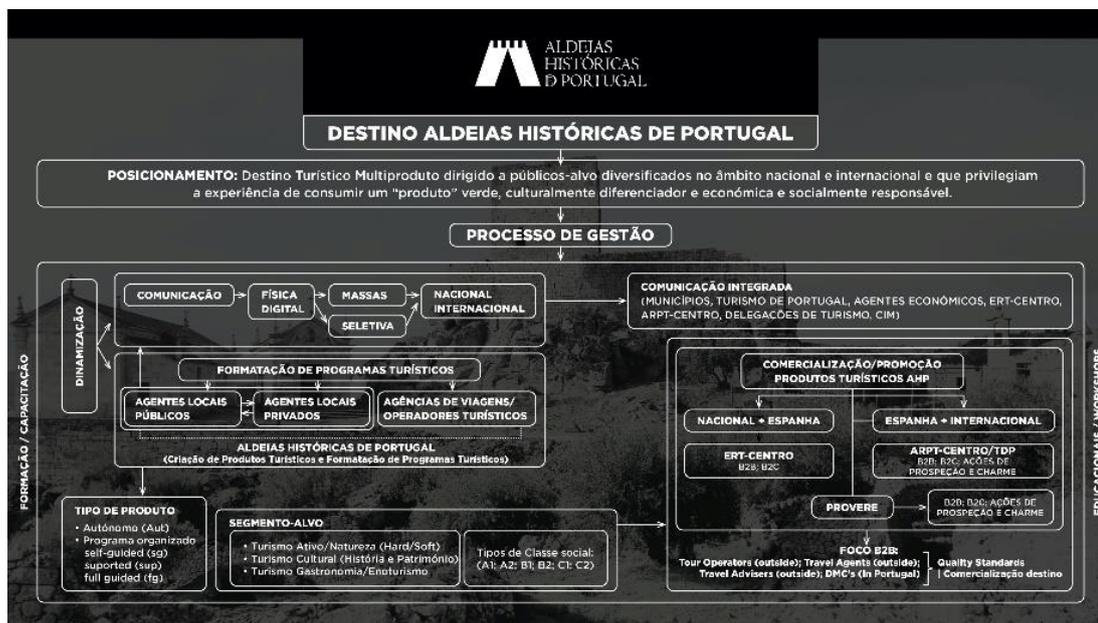
Dando continuidade ao modelo de animação, comunicação e promoção, a proposta do Plano de Ação integra uma operação específica que o operacionaliza – o projeto âncora 2. “Marketing, Comunicação e animação Aldeias Históricas de Portugal” que inclui (i) iniciativas de *animação e cultura respeitadoras da identidade da rede das AHP com uma agenda de eventos de ativação do recurso com o objetivo de gerar valor económico, mas sempre com o foco na sustentabilidade e na preservação e valorização da rede AHP* e (ii) *iniciativas de promoção e marketing orientadas para o mercado nacional e o mercado internacional reforçando o posicionamento das AHP e o seu reconhecimento como produto turístico distintivo e único.*

A Animação, comunicação e promoção possuem um carácter transversal a todo o Plano de Ação, focando-se na comunicação interna e externa, (abordagem 360º), na animação com atividades orientadas para a atração de novos públicos e com capacidade de formatação de programas turísticos diferenciadores, não negligenciando a necessária capacitação dos intervenientes locais para a valorização da identidade e cultura no contexto da animação e das iniciativas de descoberta empreendedora orientadas para o domínio RIS 3 "Cultura, Criatividade e Turismo"

Assume-se como imperativo, face a um contexto em constante evolução, o reforço de:

- **Animação** da Rede, através de um calendário atrativo e diferenciado na sua oferta, essencial para a captação de turistas e visitantes e também de atividades âncora para públicos específicos (investidores e investigadores nos domínios de especialização da Rede AHP). Estão previstas as seguintes ações: (i) Formatar produto turístico integrado com mobilização dos agentes privados na geografia onde a AHP-ADT tem promovido iniciativas - Destino multiproducto - tendo por base produtos estratégicos (turismo cultural, gastronomia e vinhos, ativo/natureza) e produtos complementares (MICE/Turismo de negócios e eventos, saúde e bem-estar). (ii) Formatar produto turístico transfronteiriço ancorado no turismo natureza, potenciando a classificação da GR22 como grande itinerário europeu – protocolo estabelecido com a Deputación de Cáceres viabiliza esta abordagem transnacional. (iii) Criar um novo produto turístico - screen tourism - capitalizando a procura das AHP para produções cinematográficas e audiovisuais nacionais e internacionais. (iv) Definir um Plano de Animação consistente, seguindo diretrizes sustentáveis e que combata a sazonalidade do turismo. Nesta perspetiva, o processo de construção do Plano de Animação atende 3 tipologias de intervenção: (i) qualificar os eventos bandeira definidos pelos Municípios; (ii) valorizar os eventos de expressão cultural local; (iii) reativar a organização do Ciclo 12 em Rede.
- **Comunicação e promoção** da Rede, para aumentar a visibilidade externa do destino, da marca e dos projetos que a corporizam com os objetivos de manter o reconhecimento *top of mind* (Portugal/Espanha); consolidar o destino turístico e afirmar o território como *living lab* para diferentes setores económicos, nomeadamente as indústrias culturais e criativas (destaque para a dimensão televisiva e cinematográfica), a agricultura sustentável e a experimentação e inovação no setor da construção e habitat; e ganhar maior reputação e ampliar notoriedade para integração em redes internacionais que atuam nos domínios de especialização inteligente sinalizados na EEC. Estão previstas, entre outras as seguintes ações: (i) Desenvolver ações e campanhas promocionais (ver Figura 6– evidencia o foco de atuação no âmbito da promoção, em linha com os mercados prioritários e produtos turísticos, cuja dinâmica é ilustrada na 12), bem como ações de sensibilização em diferentes domínios ligados à sustentabilidade. (ii) Desenvolver suportes de comunicação (inclui elementos para os espaços coworking e adequação de alguns postos de turismo); (iii) Reforçar a sinalética nas aldeias tendo em conta os novos serviços instalados e a instalar nas AHP (ex.: carregamento de viaturas elétricas, ATM, alojamento, restaurantes, etc.); (iv) Marketing digital e (v) Assessoria de imprensa.

Figura 12. Ilustração das dinâmicas a concretizar no âmbito da EEC AHP2030



Os resultados desta aposta consistente na animação e promoção são reconhecidos nacional e internacionalmente, sendo exemplos a distinção como caso de sucesso: na COP26 Glasgow (Cimeira sobre as Alterações Climáticas); 29th Economic Forum – Polónia; 5th European Congress of Local Governments – Polónia; Transforming Travel to Develop Sustainably Forum – A World for Travel (Reino Unido), entre outros. O reconhecimento é também comprovado pelos prémios alcançados nos últimos anos, tais como o "Melhor Filme de Turismo do Mundo", na maior competição de filmes de turismo à escala mundial, os "World's Best Tourism Film Awards - CIFFT Circuit", o Global Moby Awards Prio, na categoria Empresas/Organizações, o prémio Responsible Trails associado à GR22-Aldeias Históricas de Portugal pelas práticas sustentáveis que encerra. De recordar que as **Aldeias Históricas de Portugal foram premiadas em Espanha como o melhor destino português, o que comprova a notoriedade internacional da marca e reconhecimento do destino. Destaque ainda para as Aldeias Históricas de Castelo Rodrigo, de Castelo Novo e de Sortelha como vencedoras de "Melhor Aldeia Turística" (da iniciativa 'Best Tourism Villages'), reconhecimento atribuído pela Organização Mundial de Turismo**

Face ao exposto, que se baseia na informação prestada na presente Memória Descritiva, especialmente nos pontos 3, 6 e 8 e ficha de projeto 2 (anexo I), considera-se que ao subcritério B2 devem ser atribuídos 5 pontos.

10.2.3 B3. Dinamização de processos de descoberta empreendedora (25%) | A proposta contempla a organização de processos participativos e de envolvimento das entidades relacionadas com o recurso endógenos, na lógica da tripla ou quadrupla hélice, com vista ao desenho de projetos estruturantes que contribuam para a valorização económica dos recursos

A proposta de Plano de ação, assim como da EEC AHP 2030 aprovada respeita o modelo "quintuple hélix" do ecossistema de inovação, ligado às 5 dimensões fundamentais para impulsionar a inovação e o desenvolvimento sustentável - as empresas (economia), a administração pública (decisores públicos), a academia (conhecimento e investigação), a sociedade civil (os cidadãos, a cultura, a arte e identidade) e o território (caraterísticas de contexto físico que suportam o modelo de desenvolvimento). Este contexto é visível na constituição da parceria com a preocupação de ter presentes representantes ativos das cinco hélices do ecossistema, realidade alcançada com uma parceria de 158 entidades nacionais e internacionais (38 entidades públicas, 8 de natureza público/privada e 112 de natureza privada, das quais 84 são empresas). Estas entidades foram ativamente envolvidas nos últimos meses, quer no desenho e proposta estratégica, como no desenho e propostas de ação, dando continuidade ao processo mobilizador e de

corresponsabilização coletiva levado a cabo pela AHP-ADT na qualidade de líder da parceria e responsável pela equipa técnica de coordenação e gestão do PROVERE. Face ao exposto, a proposta não só contempla como apresenta propostas de ação que decorrem de processos participativos e de envolvimento das entidades que, em conjunto, têm vindo a debater, analisar e verificar abordagens inovadoras sempre focadas na valorização económica e na sustentabilidade do recurso endógeno associado ao PROVERE. A dinamização de processos de descoberta empreendedora ligados ao oe1.4 está patente, de forma transversal, em todo o plano de ação e, especificamente, em quatro projetos âncora integrados no Plano de Ação desenhados de forma colaborativa e com os princípios supramencionados, partindo do diagnóstico da situação atual e identificação dos desafios da Rede AHP e tendo presente um quadro de ação em que o desenvolvimento de competências para a especialização inteligente, a transição verde e digital e o empreendedorismo é tido como requisito estrutural à qualificação do recurso endógeno e ao alcance das metas AHP 2030.

Face ao exposto, na Tabela 4 são sintetizados os projetos relacionados com a dinamização de processos de descoberta empreendedora e cuja informação detalhada se encontra nas fichas de projeto – Anexo I da MD:

Tabela 4. Projetos Oe1.4 e envolvimento dos stakeholders

Oe1.4 - ID projeto âncora do plano de Ação	Envolvimento de stakeholders "quintuple hélix"
Rede AHP <i>Community-based urban water management</i> (Valorização de água de origens alternativas para melhoria da gestão hídrica das aldeias)	<u>Conceção e implementação</u> : entidades do SCT do Consórcio, Autarquias e entidades parceiras e não parceiras no domínio da energia e reabilitação <u>Disseminação</u> : tecido empresarial nacional e internacional e proprietários de imóveis em AHP
Rede AHP Destino/território Film Friendly/Green Shooting	<u>Conceção e implementação</u> : instituições ligadas ao setor - <i>Film Commission</i> de Portugal, Associação de Produtores Independentes de Televisão (APIT), Associação de Produtores de Cinema e Audiovisual (APCA); UBI e IPCB (cursos com ligação às indústrias culturais e criativas); CEARTE; comunidade local <u>Disseminação</u> : Empresas (incluindo turismo para criação do produto turístico "Turismo Cinematográfico"); Municípios e Juntas de Freguesia.
Rede AHP Farm-to-fork ecosystem based management	<u>Conceção e implementação</u> : Juntas de Freguesia; GAL; Unidade de Cultura da CCDR-C; Direção de Agricultura (CCDR-C); entidades do SCT com destaque para a Arquitetura Paisagista e Agricultura; CEARTE; Câmaras Municipais; comunidade local (pequenos agricultores, etc.); tecido económico (hotelaria e restauração) <u>Disseminação</u> : Empresas; Câmaras Municipais, Juntas de Freguesia, tecido associativo e produtores
Rede AHP Linum project - Innovation and Creative Ecosystem for value Co-Creation	<u>Conceção e implementação</u> : Juntas de Freguesia; GAL; Unidade de Cultura da CCDR-C; Direção de Agricultura (CCDR-C); entidades do SCT, com destaque para a Arquitetura Paisagista e Agricultura e Têxtil (UTAD e UBI); CEARTE; Câmaras Municipais; comunidade local (pequenos agricultores/produtores, etc.); tecido económico local e de fora da rede <u>Disseminação</u> : Empresas da Rede e fora da rede; Câmaras Municipais, Juntas de Freguesia, tecido associativo e produtores, designers

Complementarmente, os processos participativos previstos no modelo de governação e monitorização e já inúmeras vezes expostos na presente MD são importantes impulsionadores de processos contínuos de descoberta empreendedora que levaram ao Plano de Ação agora proposto e que determinarão a sua execução e a identificação de novos desafios e novas abordagens, uma vez que a valorização sustentável da Rede AHP, recurso endógeno alvo da presente EEC, é um processo contínuo e exigente.

Face ao exposto, que se baseia na informação prestada na presente MD, especialmente nos pontos 2,3 e 8 e fichas de projeto 3 a 6 (anexo I), considera-se que ao subcritério B3 devem ser atribuídos 5 pontos.

10.2.4 B4. Sistema de incentivos às empresas de base territorial (25%) | A proposta define opções, condicionantes ou prioridades para o instrumento de apoio ao investimento empresarial na valorização dos recursos endógenos

Conforme previsto no Aviso, no ponto 9 da presente MD são definidas as opções, condicionantes e prioridades para o instrumento de apoio ao investimento empresarial na valorização dos recursos endógenos, ou seja para o apoio previsto ao abrigo do oe 1.3 mobilizado. Assim, e pese embora a natureza do sistema de incentivos de base territorial plasmado no programa Centro 2030, os desafios AHP 2030 levaram à apresentação da referida informação indicativa, contudo, sustentada na auscultação dos agentes privados no território da área geográfica de atuação da AHP-ADT e no desígnio de robustecimento das dinâmicas económicas nos quatro domínios de especialização inteligente sinalizados na EEC AHP 2030, com particular destaque para o **turismo sustentável** e **indústrias culturais e criativas**, por serem os setores que já oferecem dinâmicas próprias e grau de maturidade. No **turismo sustentável** a prioridade é fortalecer o posicionamento do destino como sustentável, devendo, assim, a oferta já instalada e a instalar incorporar os princípios da transição verde e digital. Nas **indústrias culturais e criativas**, setor emergente ainda que com algumas dinâmicas já observadas, a prioridade é profissionalizar o território de forma a melhor capitalizar e potenciar as oportunidades.

O apoio ao investimento empresarial na valorização do recurso endógeno Aldeias Históricas de Portugal deve também obrigatoriamente estar associado aos domínios da **biodiversidade/agricultura sustentável e construção/reabilitação sustentável**, sendo a prioridade a qualificação e inovação das empresas valorizando o conhecimento e inovação gerados na Rede AHP e nos diversos processos colaborativos com entidades parceiras do SCTN e entidades de IDI, fator de diferenciação para a implementação de uma nova *praxis* nestes dois domínios no médio e longo prazo.

Com base na auscultação e diálogo exercidos nos últimos meses, registámos o interesse de 39 empresas (43 projetos) em avançarem com projetos num total de investimento a rondar os 13M, observando-se uma maior incidência nos CAE relacionados com a fileira do turismo que, como seria expectável, devido ao estado de maturidade do setor.

Face ao exposto, que se baseia na informação prestada na presente MD, especialmente no ponto 9, considera-se que ao subcritério B4 devem ser atribuídos 5 pontos.

10.3 C. Valor acrescentado da proposta - 20%

10.3.1 C1. Inovação e complementaridade (30%) | *A proposta demonstra potencial de inovação, sinergias e complementaridades com outras abordagens territoriais e contribui para a valorização do recurso e reforço da atratividade do território onde emerge*

Como referido a inovação tem sido insistentemente elencada nas diversas EEC AHP, refletindo-se nos vários planos de ação aprovados e em proposta para a respetiva corporização no período 2030. Na EEC AHP 2030, as 5 AE e os projetos agora apresentados, nomeadamente os âncora, afirmam um quadro de ação que eleva o potencial das complementaridades entre os domínios de especialização identificados, contribuindo para a diversificação da base económica e social. A complementaridade e alinhamento com outras abordagens territoriais é inequívoca e apresentada no ponto 3, criando-se assim um contexto facilitador da eficácia e eficiência na gestão dos recursos.

Para além do potencial de inovação, sinergias e complementaridades com outras abordagens territoriais previstas no Portugal 2030, é também de relevar o mesmo quadro com o PEPAC 2030 e a capacidade da AHP-ADT para a integração da Rede em diversos programas e iniciativas de âmbito internacional, factualidade que resulta do grau de inovação associado ao desenho estratégico a longo prazo, em lugares de elevada carga patrimonial (complexidade elevada para gerar inovação, que se torna ainda mais desafiante quando se atende à integralidade do aglomerado e à atuação em rede), e por consequência, a aptidão para se afirmar como *role model* nos domínios em que tem vindo a apostar, desde a acessibilidade/inclusão do destino, à eficiência energética e mobilidade como abordagens experimentais, ao modelo de governação e à criação de instrumentos para a gestão e preservação do património cultural, entre outros que conferem à Rede AHP um estatuto de *innovation leader* nas zonas rurais/territórios de baixa densidade no plano nacional e internacional.

Este posicionamento, num quadro mais macro (internacional), visa permitir à AHP-ADT incrementar a visibilidade da Rede, aceder a informação e angariar parceiros estratégicos que contribuam para o desenho e teste de respostas aos desafios sinalizados na EEC AHP 2030. Ao nível nacional e regional a AHP-ADT procura a concertação de respostas para debelar as fragilidades, fomentando sinergias com os parceiros/consorciados PROVERE, cuja seleção teve em consideração os desafios, as fragilidades e as oportunidades resultantes das propostas de projetos fortemente caracterizados pelo seu grau de inovação e de especialização, que vêm robustecer a atratividade e competitividade do território da Rede AHP e contribuir para a disseminação de boas práticas em áreas satélite do municípios que o constituem ou em projetos promovidos pela AHP-ADT. O Plano de Ação evidencia uma forte aposta na inovação que não se esgota nas iniciativas elencadas na descoberta empreendedora (oe1.4), uma vez que a inovação é assumida como princípio transversal de atuação da AHP-ADT nos domínios materiais e imateriais que corporizam o PROVERE e que visam a identificação e

operacionalização de soluções para eliminar/atenuar fragilidades, através de processos colaborativos e criativos que se espera, com um modelo de ampla mobilização comunitária e de parceiros, possa, a médio e longo prazo, ser o modus operandi de todos os agentes do território

Face ao exposto, que se baseia na informação prestada na presente MD, considera-se que ao subcritério C1 devem ser atribuídos 5 pontos.

10.3.2 C2. Relevância e replicabilidade (20%) | *A proposta demonstra potencial de replicabilidade na valorização de outros recursos e na resposta ao(s) desafio(s) identificados*

Ao longo dos anos o recurso Aldeias Históricas de Portugal tem demonstrado grande relevância para a afirmação da Marca Portugal nos mercados prioritários identificados pelo Turismo de Portugal, Entidade Regional do Centro e pela Agência Regional de Promoção Turística do Centro, com foco na diversificação da oferta. Pela natureza distintiva e trabalho desenvolvido na área da sustentabilidade, ao qual se pretende dar continuidade na EEC/Plano de Ação AHP 2030 com um ajustamento que eleva a ambição neste domínio com metas muito claras, a Rede AHP apresenta relevância no contributo para a demonstração de um destino (Portugal) sustentável. Mas como se pode observar na EEC qualificada ao abrigo da 1ª fase deste processo e nas propostas do presente Plano de Ação, a abordagem PROVERE AHP visa desempenhar um papel na diversificação da base económica e social do território de intervenção da AHP-ADT, não se esgotando na fileira do turismo e potenciando o acréscimo da sua cadeia de valor pelo contributo líquido dos projetos que aqui se propõem, com um racional diferenciador e uma abordagem criativa e inovadora que se alinha com as recomendações/orientações de organismos internacionais¹⁰. As relações sinérgicas entre os diversos projetos e as complementaridades obtidas, também por via de outras EEC e ITI, são a prova do potencial de valorização de outros recursos aumentando a diversidade, escala, eficácia e eficiência na gestão dos recursos sinalizados nas diferentes estratégias. Como tem sido apanágio na gestão da AHP-ADT, a Rede AHP é um verdadeiro ecossistema que prima pela coesão, estabilidade e pelos princípios da igualdade, de equidade e de solidariedade no tocante à distribuição de oportunidades e no combate às fragilidades do seu território de atuação. Por essa razão é una e indivisível e a implementação do referencial estratégico atende as 12 Aldeias Históricas de Portugal e aplica-se também aos produtos que têm vindo a ser criados. São diversas as iniciativas onde esta máxima pode ser observada, todavia, quando confrontados com áreas pouco exploradas, por uma questão de racionalidade, temos como prática a adoção de pilotos, mas sempre com foco na replicação quando os resultados são meritórios, ainda que por vezes com necessidade de ajustamento devido às especificidades de cada Aldeia Histórica. O projeto da mobilidade urbana sustentável é um bom exemplo no contexto da replicação, pois após a sua implementação e os impactos gerados, a AHP-ADT com os municípios e as juntas de freguesia estão a avançar com o planeamento da mobilidade à escala da Rede (projeto apresentando como complementar no Plano de Ação). Não de somenos importância são as visitas de outros países, como a Espanha, Turquia e Finlândia para conhecimento desta boa prática, demonstrando assim o potencial de replicação dentro e fora de Portugal. Temos absoluta convicção que os projetos aqui apresentados serão igualmente alvo de replicação, desde logo no contexto da Rede AHP e, face à transversalidade dos temas, alvo de atenção de outras regiões e países, como de resto já tem acontecido no domínio do turismo, comunicação e governação, que agora se espera ver ampliada a atribuição de categoria de inovação nos restantes domínios de especialização propostos na EEC PROVERE AHP 2030.

10 Report Crises in Tourism: Impacts and Lessons from European Destinations (European Travel Commission, september 2024), OECD (2024), OECD Tourism Trends and Policies 2024, OECD Publishing, Paris. A visão a longo prazo para as zonas rurais da UE: resultados principais e vias a seguir, Bruxelas, 27.3.2024. Regional impact of climate change on European tourism demand, Joint Research Center, Comissão Europeia, 2023

Também a comprovar a relevância e replicabilidade das apostas e esforços empreendidos nos últimos anos, os projetos de cooperação transfronteiriça, concretizados no âmbito do POCTEP.

Face ao exposto, que se baseia na informação prestada na presente MD, considera-se que ao subcritério C2 devem ser atribuídos 5 pontos.

10.3.3 C3. Capacitação (30%) | *A proposta demonstra que a parceria e os parceiros individualmente estarão capacitados para a temática a desenvolver e responder ao(s) desafio(s) de política identificados*

A EEC PROVERE AHP 2030 identificou 4 grandes Desafios: Sociodemografia, Urbanismo, Economia e Ambiente. É consabida a dificuldade com que os territórios de baixa densidade se têm confrontado nas últimas décadas para criar cenários mais auspiciosos. Com a implementação das anteriores EEC assistiu-se à consolidação da Rede AHP como um destino turístico e um importante ativo para o posicionamento da Marca Portugal e Centro de Portugal no plano nacional e internacional, um contributo inequívoco para a geração de dinâmicas sociais e económicas no território, evidenciadas pela criação e manutenção de diversas atividades ligadas à indústria do turismo, que se querem agora sustentáveis, com uma clara aposta no valor acrescentado imprescindível para a sobrevivência deste setor altamente competitivo e com constantes novas propostas de valor a surgir no plano internacional. A equipa da AHP-ADT é multidisciplinar e com uma larga experiência de trabalho na área do desenvolvimento, focada nas áreas rurais, com destaque para a capacitação e estímulo de uma cultura de trabalho em rede, crucial para o setor do turismo. A confiança já enraizada junto dos agentes permite que nos vejamos como facilitadores e suporte à especialização, com reflexo direto no dinamismo das atividades ligadas ao setor. Contudo, precisamos de incrementar o grau de profissionalização e, para tal, contamos com as ações previstas pela Entidade Regional do Turismo do Centro e com o Turismo de Portugal na área da formação/capacitação, cabendo à AHP-ADT veicular a especialização relacionada com a Rede Aldeias Históricas de Portugal quer na projeção do destino, quer na criação/modernização da oferta.

No que concerne aos eixos de atuação previstos na EEC AHP 2030, a AHP-ADT conta com um quadro de entidades de diversas tipologias com elevado grau de especialização para a implementação dos projetos, culminado com processos de capacitação, primeiramente junto dos organismos locais (Câmaras e Juntas de freguesia) e, na ótica do utilizador, junto das comunidades e agentes privados. Ter a ambição de tornar a Rede Aldeias Históricas de Portugal Eficiente e Sustentável não é uma tarefa que diga apenas respeito à AHP-ADT, mas antes um processo que convoca todos, inclusive os decisores políticos de nível regional e nacional, pela razão de se estar a trabalhar num campo experimental sem paralelo que compreende vários níveis de decisão e de responsabilização.

Através da diversificação da atividade económica por via dos domínios “Indústrias Culturais e Criativas (ICC)”, “Biodiversidade/Agricultura Sustentável” e “Construção/Reabilitação Sustentável” espera-se um forte contributo na manutenção demográfica, e se possível, na inversão da regressão populacional, através da aposta em novas atividades a emergir no território por força deste racional, contando no curto prazo com as indústrias culturais e criativas pela aptidão do território para o setor, e no médio e longo prazo nos outros dois domínios de especialização. A ligação ao SCT tem papel preponderante neste desígnio com a oportunidade de se conseguir reter potenciais recursos humanos formados na UBI, IPCB e IPG, razão pela qual enquadram o Consórcio e foram celebrados protocolos de colaboração para a assunção de maior responsabilização neste processo de ligação do novo potencial humano com o território. Na região têm vindo a surgir agentes privados ligados ao setor das ICC, constituindo-se também para estes uma oportunidade para se afirmarem e capitalizarem novas frentes de serviço, ajudando a posicionar o território nesta área.

Expectantes de um claro contributo em resposta aos desafios sociodemográfico e económico, importa também esclarecer a forma como se pretende responder aos desafios do urbanismo e ambiente. Neste sentido e como já referido, a AHP-

ADT e os municípios são signatários do Pacto de Autarcas e assumiram o compromisso por via de um Protocolo que visa posicionar a Rede Rumo à Neutralidade Carbónica. Neste contexto são apresentados projetos que concorrem para estes desígnios no oe1.4, mas também nos projetos complementares que têm por objetivo trabalhar a vertente da eficiência energética (instalação de um caso piloto de uma Comunidade de Autoconsumo Coletivo em Sortelha, com vista à replicação conforme os resultados obtidos), a intervenção urbanística qualificada com recurso também à eficiência energética, no quadro de coberturas, portas, janelas e pavimentos, cuja ação se prevê concretizar por via do PNEC 2030 (Plano Nacional para Energia e Clima – foi considerado o projeto Rede Aldeias Históricas de Portugal Eficiente e Sustentável neste instrumento, uma ação específica que não tem paralelo no restante documento noutras regiões de Portugal) visando a diminuição da pobreza energética e, em simultâneo, a qualificação e valorização das 12 Aldeias Históricas com a introdução de soluções e materiais previamente validados pelo Grupo Temático Estratégico “Construção/Reabilitação Sustentável” e aprovados pela tutela do Património.

Com esta metodologia de trabalho perspetiva-se a resolução de algumas inconformidades identificadas nos aglomerados, com incremento qualitativo na implementação do Referencial AHP, que tem o propósito da preservação da identidade patrimonial e a elevação à categoria de Conjunto Monumento Nacional, ressaltando a existência nas 12 Aldeias Históricas dos instrumentos ARU e ORU, iniciativas que se revestem dos princípios da New European BAUHAUS e Green Deal. A mobilidade Urbana Sustentável é outro eixo de atuação que converge para a materialização do domínio “Construção/Renovação Sustentável” e, igualmente para o cumprimento das metas ao nível da descarbonização, designadamente a diminuição da emissão de CO₂ em cerca de 55% até 2030. A seleção e integração de entidades no Consórcio tiveram em conta os domínios de especialização quer ao nível das competências quer na relevância dos seus domínios de atuação com forte correlação nas áreas de capacitação/formação.

Face ao exposto, que se baseia na informação prestada na presente MD, considera-se que ao subcritério C3 devem ser atribuídos 5 pontos.

10.3.4 C4. Comunidade (20%) | *A proposta descreve claramente o envolvimento e participação da comunidade no aprofundamento da autenticidade e na diferenciação dos territórios*

Concluída a EEC AHP 2020 e tendo presente os relatórios de avaliação e autoavaliação, a ilação foi unânime em dar ênfase à comunidade como membro indissociável de uma estratégia de desenvolvimento sustentável. A AHP-ADT no seu quadro de ação pugnou sempre pelo envolvimento da comunidade, por reconhecer a importância do seu papel enquanto agente dinamizador e guardião de ativos simbólicos e tendencialmente inimitáveis que fazem parte da construção de uma identidade. A implementação do Referencial BIOSPHERE DESTINATION foi o primeiro grande desafio (2016) que trouxe à ribalta a perceção das pessoas enquanto responsáveis pelo acolhimento e pela disseminação da cultura local como ativo diferenciador. Mais tarde, percebemos que para se tornarem fiéis embaixadores era também necessário acautelarmos e salvaguardarmos a sua condição de bem-estar e de qualidade de vida, vinculando-as como agente propulsor para a sustentabilidade de longo prazo da vida das Aldeias Históricas. Foi neste registo, com amplo envolvimento comunitário, que se deu a criação do Referencial AHP que dita o que deve ser uma Aldeia Histórica no Futuro. Seguiu-se a elaboração das ARU e ORU que são caracterizadas pela sua abordagem participativa. A cultura local foi celebrada através do Ciclo de Eventos 12 em Rede Aldeias em Festa, onde a população enriqueceu e foi enriquecida por uma abordagem de trabalho que enfatizou os usos e costumes, lendas e histórias e diferentes narrativas da nossa História. Tornaram-se eventos impactantes para o tecido social e económico e atrator de novos públicos que procuravam experiências culturais distintas. O sucesso desta iniciativa resultou na proposta da sua reativação, cuja demanda surgiu da base e dos próprios participantes de diferentes geografias. O Plano de Animação 2030 tem assim o propósito de fazer

renascer esta oferta, ajustando-a ao racional e compromissos da EEC AHP 2030 na trilogia da sustentabilidade. Mas a cultura local vai muito para além das iniciativas culturais. As propostas de projetos inscritas no oe1.4 têm como alicerce principal o conhecimento empírico que alimenta estas comunidades há séculos, dentro de um paradigma de vivência comunitária e que com estes projetos se pretende evidenciar e valorizar como modelos de boas práticas de gestão dos recursos. As técnicas construtivas tradicionais ou as técnicas agrícolas tradicionais são duas áreas onde a comunidade acrescenta valor, restando-nos qualificar à luz dos desafios decorrentes das alterações climáticas e torna-las suficientemente atrativas para estimular o empreendedorismo e o investimento.

O projeto piloto da mobilidade implementado em Castelo Novo é um dos exemplos de sucesso de como a comunidade se apropriou e o agradeceu na medida que apresentou propostas para incrementar melhorias no sistema de funcionamento. Em Sortelha, já no registo da eficiência energética, foi surpreendente a forma como os habitantes se associaram ao projeto experimental superando todas as expectativas.

Em suma, a comunidade é um alicerce para o sucesso de qualquer estratégia. Esta aprendizagem resulta de processos de aproximação, de auscultação e de granjear uma base de confiança que ambas as partes sinalizam como importantes para a vida do projeto e da Rede e para se atingir os objetivos coletivos e individuais. O Plano de Ação aqui proposto é demonstrador desta ligação à comunidade e da atribuição da sua importância para o equilíbrio do ecossistema Aldeia Histórica.

Face ao exposto, que se baseia na informação prestada na presente MD, considera-se que ao subcritério C4 devem ser atribuídos 5 pontos.

11 OUTROS ELEMENTOS

A (i) Demonstração do cumprimento do DNSH, um princípio horizontal do desenvolvimento sustentável; (ii) o contributo direto para os objetivos climáticos, através de mecanismos que garantam o cumprimento das normas e prioridades da União em matéria de clima e ambiente nas infraestruturas apoiadas; (iii) o alinhamento com os princípios de sustentabilidade, estética e inclusão através da iniciativa *New European Bauhaus*, com vista a encontrar soluções acessíveis, inclusivas, sustentáveis e atraentes para os desafios climáticos e (iv) os contributos da estratégia para o cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) estão expressos nas fichas de operações a apoiar (ver anexo I). Assim como ao longo dos conteúdos apresentados no presente documento da Memória Descritiva



_ALMEIDA_BELMONTE_CASTELO MENDO_CASTELO NOVO_CASTELO RODRIGO_IDANHA-A-VELHA_
_LINHARES DA BEIRA_MARIALVA_MONSANTO_PIÓDÃO_SORTELHA_TRANCOSO_



www.aldeiahistoricasdeportugal.com



facebook.com/aldeiahistoricasdeportugal